

ATA N.º 8/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2025:

Ao dia dezasseis de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Julieta da Fonseca Rodrigues, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação - ratificação

PONTO 2 – Contratos interadministrativos para "Reposição de pavimentos em calçada ou outros": necessidade de atribuição de comparticipações financeiras à Junta de Freguesia de Palmela, Junta de Freguesia de Pinhal Novo e Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a título de acertos

PONTO 3 – Protocolos de colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes

PONTO 4 – Prestação de Contas 2024

PONTO 5 – Empreitada de "Estratégia Local de Habitação: construção de 21 fogos na Rua Hermenegildo Capelo em Águas de Moura (em terreno adquirido)" – revogação da decisão de contratar

PONTO 6 – Empreitada de "Estratégia Local de Habitação: construção de 7 fogos na Rua Alberto Valente, Lote 82 em Águas de Moura (lote adquirido)" – revogação da decisão de contratar

PONTO 7 – Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais Municipais - Aprovação

PONTO 8 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) - Aprovação

PONTO 9 – Cedência temporária de domínio público para eventos de Promoção de Produtos Locais

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para a realização da 35.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação de Festas de São Gonçalo

PONTO 14 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro e cedências temporária de domínio público à Associação de Festas de Palmela – Festa das Vindimas

PONTO 16 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho

PONTO 17 – Atribuição de apoio financeiro aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela

PONTO 18 – Programa de Desenvolvimento do Judo – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PONTO 19 – Programa de Desenvolvimento do Atletismo – Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela, a Associação Académica Pinhalnovense, o Palmelense Futebol Clube e o Quintajense Futebol Clube

PONTO 20 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 6/2025, da reunião ordinária de 19 de março de 2025.

A ata foi aprovada, por unanimidade.

— ATA n.º 7/2025, da reunião ordinária de 2 de abril de 2025.

A ata foi aprovada, por unanimidade. Não participa na votação a Sra. Vereadora Mara Rebelo, uma vez que não esteve presente na referida reunião.

Atos praticados pelo Sr. Presidente, por delegação de competências – Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Balseiro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 01/04/2025 a 15/04/2025.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 01/04/2025 a 15/04/2025.

Atos praticados por delegação e (sub)delegação de competências – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Balseiro Amaro, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 01/04/2025 a 14/04/2025.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 01/04/2025 a 15/04/2025.

Atos praticados por (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Balseiro Amaro, pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco e pelo Sr. Chefe de Divisão, Dr. Pedro Ferreira, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 02/04/2025 a 15/04/2025.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 02/04/2025 a 15/04/2025, no valor de 2.384.864,14 € (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e quatorze cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 16/04/2025, apresenta um saldo de 9.496.507,80 € (nove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e sete euros e oitenta cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações de orçamentais** – 6.747.632,71 € (seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois euros e setenta e um cêntimo);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.748.875,09 € (dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco euros e nove cêntimos).

O **Sr. Presidente** coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio e aos 49 anos da Constituição da República Portuguesa) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio) - dos/as Eleitos/as do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Concurso Vinalies Internacionales 2025 - Casa Ermelinda Freitas) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Alexandra Tadeu) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Joana Canana) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Ricardo Esteves Ferreira) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Tiago Oliveira) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Palmela Desporto – Cadetes Masculino) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Palmela Desporto – Iniciados Masculinos) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Palmela Desporto – Seniores Masculinos) - dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio e aos 49 anos da Constituição da República Portuguesa) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«À medida que nos aproximamos do final deste ano de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, é possível fazer, já, um balanço muito positivo sobre a forma como o país viveu e

honrou esta efeméride, prestando homenagem a quem esteve na linha da frente do combate, da resistência e, também, da (re)construção de um país onde tudo estava por fazer... desde logo, a autoestima de mulheres e homens que, apesar da esperança sempre presente, tinham dificuldade em acreditar que lhes era permitido almejar a mais.

No Concelho de Palmela, estas comemorações, sob o lema “Abril para já!”, envolveram, de forma orgânica, todos os setores da sociedade, com especial destaque para a comunidade educativa, que desenvolveu reflexão, promoveu debate e produziu conteúdos que deixaram marca neste território e nos deixam mais tranquilos quanto à consciência cívica e capacidade de concretização das novas gerações.

Em meio século de Democracia, Portugal conheceu um ímpeto transformador sem paralelo, assente numa Constituição de forte pendor humanista, que defende um conjunto de valores incontornáveis numa sociedade verdadeiramente igualitária, livre e em Paz. Não obstante, a evolução da nossa Democracia tem experimentado “dores de crescimento” que, não sendo convenientemente diagnosticadas e tratadas, geram fraturas de difícil recuperação. Vírus perigosos, como o populismo, a demagogia, a desinformação, o racismo ou a xenofobia, emergem dessas fraturas, exponenciados por plataformas de rápida disseminação que não existiam anteriormente. São indispensáveis mecanismos de verificação, garante de uma informação objetiva e livre de manipulação ou revisionismos, que esclareça e apoie tomadas de decisão. Mas é necessário, igualmente, que as pessoas assumam a responsabilidade de se documentarem, formarem opinião e não propagarem conteúdos falsos.

Mais do que nunca, constatamos, de forma quase imediata, como é real o conceito de “aldeia global” e como esta interdependência nos afeta e influencia. Das “guerras de tarifas” a uma nova corrida ao armamento, do fim de alianças para a Paz a um profundo retrocesso no que à igualdade e aos direitos para todas as pessoas diz respeito, estamos perante uma poderosa tentativa de estabelecer uma nova “ordem mundial”. A par dos regimes assumidamente totalitários, este é um novo paradigma, em que movimentos neofascistas procuram detonar as Democracias por dentro, infiltrando-se no sistema para o corromper. No quadro de uma cidadania responsável, é nosso direito e nosso dever pugnar, junto de representantes nacionais e supranacionais, pelo regresso a um caminho de Paz e desarmamento, que permita redirecionar o investimento para a vida das pessoas e a garantia dos seus direitos.

Ultrapassada a barreira do meio século de vida da nossa Democracia, entramos numa fase que se pretende de amadurecimento e adicionamos novas causas à nossa Luta. Continuamos a acreditar que «só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação» - e Portugal está tão carente destes direitos, num momento em que o fosso entre riqueza e pobreza atinge níveis inaceitáveis e tantas conquistas de Abril estão à mercê de ávidos interesses corporativos. Mas a nossa Constituição inspira-nos a ir mais fundo, à raiz dos problemas, e a ver além das nossas fronteiras, reafirmando a defesa incontestável dos direitos

humanos, da igualdade entre todas as pessoas, independentemente da cor, género, raça ou credo, da soberania e autodeterminação dos povos, do direito ao trabalho, à criatividade e à liberdade e a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

No próximo ano, além dos 50 anos da Constituição, celebraremos, também, o 50.º aniversário do Poder Local Democrático em Portugal, que deve ser um momento alto da nossa vida coletiva e uma oportunidade para profunda reflexão sobre o caminho trilhado. As autarquias têm sido o grande motor de desenvolvimento das suas comunidades, respondendo às necessidades concretas das pessoas, mesmo quando o Estado Central se desresponsabiliza, num contexto de reiterado incumprimento da Lei das Finanças Locais e de transferência de competências basilares, sem o devido financiamento, afrontando a autonomia do Poder Local e obrigando a desviar recursos das suas atribuições próprias.

Com tanto em jogo, a nível local, nacional e internacional, celebrar o 25 de Abril e o 1.º de Maio - que as trabalhadoras portuguesas e os trabalhadores portugueses apenas puderam voltar a celebrar em Liberdade em 1974, naquela que foi uma das maiores manifestações populares da nossa história – assume uma importância fulcral, que transcende a memória e reafirma a importância da luta e do envolvimento das pessoas nos processos de transformação.

É urgente cumprir a Constituição da República Portuguesa em todas as suas dimensões e convocar a capacidade de esperança, resistência e sonho que nos deu a Revolução dos Cravos!

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 51.º aniversário do 25 de Abril de 1974, o 1.º de Maio e os 49 anos da Constituição da República Portuguesa, bem como as/os antifascistas que lutaram e resistiram, os militares de Abril, o povo que saiu à rua e, de forma geral, todas as pessoas que contribuíram e contribuem, diariamente, para a concretização dos Valores de Abril. Convida, também, toda a população do Concelho de Palmela a sair à rua, a marcar presença no extenso programa comemorativo e a exercer a sua cidadania de forma ativa, ao longo do ano, no movimento associativo popular, nas múltiplas manifestações sociais, culturais e desportivas e nos diferentes projetos de participação.

Viva o 25 de Abril de 1974!

Viva o 1.º de Maio, as trabalhadoras e os trabalhadores!

Viva a Constituição da República Portuguesa!»

Submetida a votação a saudação (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio e aos 49 anos da Constituição da República Portuguesa) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio) – dos/a Eleitos/a do PS

«Com o nascer do sol no dia 25 de Abril de 1974 não chegou apenas o fim daquela heroica madrugada, mas também surgiu uma nova luz que terminou com a fria noite de quase cinquenta anos de fascismo em Portugal.

O 25 de Abril marca um momento único da história de Portugal. É o momento em que se dá início a um profundo processo de transformação política e social. Guiados pelo ideal de uma sociedade melhor, mais livre e mais justa, os homens e mulheres que concretizaram esses ideais transformaram Portugal de um país atrasado, injusto e desigual, num país democrático, livre e mais justo.

A Democracia, a justiça social, a Igualdade de género, a escola pública, o sistema de segurança social para todos, o SNS, o poder local democrático, as melhorias das condições de trabalho e legislação laboral, a liberdade sindical, permitiu dar respostas sociais aos graves problemas com que o país se debatia.

Recordamos e destacamos igualmente, a adesão e participação dos portugueses no primeiro dia 1 de maio em liberdade, em 1974, na esperança e confiança de um Portugal novo, inserido no campo das nações democráticas e progressistas em que os direitos essenciais do trabalho, melhores salários e condições de trabalho são defendidos e consagrados em lei.

Recordar e celebrar o 25 de Abril e o 1º de Maio nas suas causas e promessas é igualmente reconhecer que o “caminho se faz caminhando” a cada passo, a cada época, a cada geração, dando resposta às novas exigências e aos novos desafios, e que a Democracia se constrói e reconstrói permanentemente, mantendo sempre viva a participação e o envolvimento das populações, com verdade e transparência.

Comemorar hoje o 25 abril e o 1º de Maio, não deve ser apenas celebrar conquistas passadas, mas também desejar e lutar por um futuro mais justo, com mais igualdade e mais liberdade.

Assim como o sonho de uma sociedade melhor, guiou o caminho para a Revolução dos Cravos e 1º de Maio, esse mesmo sonho deve continuar a guiar-nos agora, esse mesmo desejo de mais igualdade e liberdade.

Saudamos os homens e as mulheres que ousaram e concretizaram o 25 de Abril e o 1º de Maio, dando esperança e mantendo viva a importância da Liberdade e da Democracia!

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1º de Maio!»

Submetida a votação a saudação (Ao 25 de Abril de 1974, ao 1.º de Maio) – dos/a Eleitos/a do PS, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«Com 31 anos de tradição, o Concurso *Vinalies Internationales* tornou-se uma das maiores e mais prestigiadas competições do sector vínico a nível mundial, que se realizou recentemente em Cannes, França.

Especialistas internacionais com rigorosos métodos de avaliação e elevados padrões de qualidade, avaliaram cerca de duas milhares de amostras de vinho provenientes de 37 países, atribuindo 806 Medalhas, sendo 171 de Grande Ouro, 603 de Ouro e 32 de Prata.

Os vinhos da Adega Casa Ermelinda Freitas voltaram a ser reconhecidos neste concurso, arrecadando sete prémios, a saber:

Medalhas de Grand Ouro:

Casa Ermelinda Freitas Moscatel de Setúbal Superior 2010

Medalhas de Ouro:

Quinta da Mimosa 2022

Casa Ermelinda Freitas Merlot Reserva 2022

Dona Ermelinda Moscatel Roxo 2013

Vinha da Valentina Premium Branco 2023

Vinhos da Arrábida Reserva Branco 2023

Medalhas de Prata:

Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho 2023

Reunida 16 de abril, a Câmara Municipal de Palmela, louva a Casa Ermelinda de Freitas, pelo alcance destes galardões, cujos níveis de qualidade e prestígio dos seus vinhos honram a riqueza do território, valorizando a Região Vitivinícola do Concelho de Palmela além-fronteiras.»

Submetida a votação a saudação (Casa Ermelinda Freitas) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Ricardo Esteves Ferreira) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«Ricardo Esteves Ferreira, atleta da Palmela Desporto, sagrou-se Campeão Nacional de Sprint, escalão Elite, no Campeonato Nacional de Sprint 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de

Orientação, que se realizou no dia 29 de março de 2025, em Avis. Para além do título individual, o atleta sagrou-se igualmente Campeão Nacional por equipas.

Para além dos títulos na competição de sprint, Ricardo Ferreira classificou-se em 3.º lugar, no Campeonato Nacional de Distância Longa, que se realizou no dia 30 de março, em Évora Monte. O atleta foi agraciado com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2017.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Ricardo Esteves Ferreira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade»

Submetida a votação a saudação (Ricardo Ferreira) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Joana Canana) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«Joana Canana, atleta da Palmela Desporto, sagrou-se Campeã Nacional de Sprint, escalão D20, no Campeonato Nacional de Sprint 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizou no dia 29 de março de 2025, em Avis.

Para além do título na competição de sprint, a atleta sagrou-se Vice-Campeã Nacional, escalão D20, no Campeonato Nacional de Distância Longa, que se realizou no dia 30 de março, em Évora Monte.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a atleta Joana Canana pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Joana Canana) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Alexandra Tadeu) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«Alexandra Tadeu, atleta da Palmela Desporto, sagrou-se Campeã Nacional de Sprint, escalão D18, no Campeonato Nacional de Sprint 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizou no dia 29 de março de 2025, em Avis.

Para além do título na competição de sprint, a atleta sagrou-se Vice-Campeã Nacional, escalão D18, no Campeonato Nacional de Distância Longa, que se realizou no dia 30 de março, em Évora Monte. Alexandra Tadeu foi agraciada com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2024.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a atleta Alexandra Tadeu pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Alexandra Tadeu) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Tiago Oliveira) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«Tiago Oliveira, atleta da Palmela Desporto, sagrou-se Campeão Nacional de Sprint, escalão H18, no Campeonato Nacional de Sprint 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizou no dia 29 de março de 2025, em Avis.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Tiago Oliveira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Tiago Oliveira) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Palmela Desporto – Cadetes Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«A equipa de cadetes masculinos da Palmela Desporto, constituída por Nuno Matos, Thomas Sasaran e Tiago Oliveira, sagrou-se Campeã Nacional por Equipas, ao vencer as competições do Campeonato Nacional de Sprint 2025 e do Campeonato Nacional de Distância Longa 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizaram, respetivamente, nos dias 29 e 30 de março de 2025, em Avis e em Évora Monte.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Palmela Desporto e os atletas Nuno Matos, Thomas Sasaran e Tiago Oliveira pelos títulos alcançados e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Palmela Desporto – Cadetes Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Palmela Desporto – Iniciados Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«A equipa de iniciados masculinos da Palmela Desporto, constituída por Diogo da Mata, Gabriel Correia e Henrique Miranda, sagrou-se Campeã Nacional por Equipas, ao vencer as competições do Campeonato Nacional de Sprint 2025 e do Campeonato Nacional de Distância Longa 2025 –

Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizaram, respetivamente, nos dias 29 e 30 de março de 2025, em Avis e em Évora Monte.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Palmela Desporto e os atletas Diogo da Mata, Gabriel Correia e Henrique Miranda pelos títulos alcançados e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Palmela Desporto – Iniciados Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Palmela Desporto – Seniores Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU.

«A equipa masculina da Palmela Desporto, constituída por Nuno Santos, Pedro Nogueira e Ricardo Esteves Ferreira, sagrou-se Campeã Nacional por Equipas, escalão seniores masculinos, ao vencer a competição do Campeonato Nacional de Sprint 2025 – Alentejo *Orienteering* Weekend, de Orientação, que se realizou no dia 29 de março de 2025, em Avis.

Reunida a 16 de abril de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Palmela Desporto e os atletas Nuno Santos, Pedro Nogueira e Ricardo Esteves Ferreira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a saudação (Palmela Desporto – Seniores Masculinos) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Mostra de Vinhos de Fernando Pó – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha informa, que nos dias 2, 3 e 4 de maio, celebra-se a 28ª edição da Mostra de Vinhos de Fernando Pó. Realça que são quase 30 anos a elevar os vinhos ao principal lugar de destaque neste grande evento.

Refere que a Mostra continua a renovar-se em busca do modelo mais adequado, para realizar o grande festival de vinhos no coração da Península de Setúbal, mantendo o mesmo objetivo central de promover os excelentes vinhos das freguesias de Poceirão e Marateca, criando atividades que atraiam o público interessado pelos nossos vinhos.

Dá nota que, este ano, a organização está a preparar o espaço, com um palco no exterior e várias tasquinhas ao longo da rua, onde os visitantes podem escolher diferentes especialidades gastronómicas, para acompanhar os muitos vinhos que podemos encontrar no evento.

Dá ainda nota que o pavilhão terá uma exposição de várias adegas, instituições e empresas ligadas ao setor vinícola e, como já é tradição, o público terá disponível o espaço de provas, dedicado às provas livres de vinho, com umas dezenas de vinhos tintos e brancos da colheita, que irão disputar o concurso dos melhores do ano e que os visitantes poderão avaliar e decidir na “Escolha do Público”.

Considera que são três dias de vida intensa, com muita animação, gastronomia e provas de vinho, dias diferentes, numa aldeia onde o tempo passa devagar.

Termina, referindo que, mais uma vez, a Mostra se recria e demonstra que merece fazer parte das apostas estratégicas da Câmara Municipal de Palmela para o desenvolvimento enoturístico do concelho.

. Expansão da rede de saneamento na zona de Aires – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta todos os presentes e informa que foi lançado o concurso para a obra do sistema de esgotos na EN 252 junto a Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes, com um preço base que, acrescido de IVA, soma 498.155,00€.

Refere que, nesta fase, vai ser construída uma estação elevatória e a rede de coletores, principalmente na Quinta das Asseadas e Quinta da Glória. Dá nota que o sistema está já dimensionado para a ligação, numa segunda fase, de algumas moradias ao longo da estrada nacional 252, ainda não ligadas à rede atual.

Termina, referindo que o efluente vai ser elevado até à ETAR de Aires, ficando o sistema preparado para vir a ser entregue, por gravidade, até uma futura estação de tratamento da Simarsul.

. Quinta do Anjo e Cabanas ligadas a pé e de bicicleta: lançado concurso para obra da ciclovia – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que foi lançado o concurso para a obra de construção do troço Quinta do Anjo – Cabanas da rede CICLOP7 – Rede Ciclável da Península de Setúbal, por um preço base que, acrescido de IVA, é de 228.197,43€.

Informa que a obra consiste na ligação pedonal e ciclável entre Quinta do Anjo e Cabanas, num corredor paralelo à Estrada Nacional 379, numa extensão de 760 metros.

Considera que esta obra é muito importante, não só por ser mais um troço da rede intermunicipal, mas porque vai permitir ligar estas duas localidades em modo suave, potenciando a vida comunitária, o comércio e demais ligações funcionais. Considera ainda que, apesar da distância entre os dois polos urbanos ser curta, o acesso pedonal e ciclável não era convidativo, por não existir um percurso curto seguro e acessível, para peões e bicicletas, pelo que esse percurso ficará agora criado.

Conclui, referindo que a obra terá um cofinanciamento de 40% através de fundos comunitários, já que integra o ITI – Instrumento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa.

. Em Quinta do Anjo – Mais um *skate park* e zona multiusos – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi adjudicada a obra de ampliação e requalificação da zona desportiva multiusos junto ao CRJ de Quinta do Anjo, por 172.548,29€, incluindo o IVA.

Dá nota que a obra inclui a criação de um *skate park* e uma zona informal de *street basket*. Refere que equipamentos e obstáculos como *Quarter Pipe*, Banco, rampa curva e “*Pool/Bowl*” ou Piscina, entre outros, vão estar disponíveis para a prática desta modalidade cada vez mais popular.

Menciona que a obra inclui ainda a reformulação de pavimentos e mobiliário urbano, a iluminação dos espaços exteriores e drenagem pluvial.

Termina, referindo que o prazo de execução é de 120 dias, a contar do fim das formalidades legais que decorrem até à consignação.

. Arranjo do Largo do Chafariz – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que a obra de arranjo paisagístico, com criação de estacionamento, no Largo do Chafariz, em Palmela, foi adjudicada por 153.617,06€.

Dá nota que a obra irá criar 12 lugares de estacionamento, incluindo estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada e carregamento de veículos elétricos. Refere que a circulação pedonal é melhorada, ficando mais acessível e enquadrada com o Chafariz D. Maria e com as entradas na vila. Mais refere que o acesso automóvel também fica facilitado e mais seguro, por se afastar da zona de implantação da rotunda, e a paragem dos táxis será beneficiada, com nova cobertura.

Considera que esta obra qualifica uma das principais entradas no centro histórico de Palmela e harmoniza os diferentes modos de transporte no local.

Conclui, referindo que o prazo de execução é de 120 dias, começando a contar depois de cumpridas todas as formalidades contratuais.

. Campeonato Nacional de Esgrima de juniores 2025 - Esgrima – A Sra. Vereadora Maria João Camolas dá nota que se realizou nos dias 29 e 30 de março, em Leiria, o Campeonato Nacional de Esgrima de Juniores, competição onde a equipa da Upper Score, Associação Desportiva (USAD – Palmela), constituída por António Rodrigues, Isaac Guia e Rodrigo Parracho, se sagrou Vice-Campeã Nacional por equipas na competição de Espada Masculina.

. Abertura de Concurso Público de Empreitada de "Pavimentação da EM-533, troço Palmela/Lau" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa da abertura de concurso público de empreitada da pavimentação da EM 533, troço Palmela/Lau, com um valor base de 768.500,00 €, IVA incluído, prazo de execução de 90 dias, numa extensão de 7.550m.

Refere que os trabalhos a realizar englobam a execução de repavimentações com massas betuminosas, alargamento de via onde necessário, respetivas bermas, valetas e drenagem da via, incluindo outros trabalhos acessórios como sinalização horizontal e vertical.

. Abertura de Concurso Público de Empreitada de "Pavimentação de troço da Rua 1.º de Janeiro – Pinhal Novo" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que se procedeu à abertura de concurso público de empreitada de pavimentação do troço da Rua 1.º de Janeiro em Pinhal Novo, com um valor base de 249.948,00€, IVA incluído, prazo de 150 dias, numa extensão de 560m.

Refere que os trabalhos a realizar englobam a execução de pavimentação da via com massas betuminosas, colocação de lancis e passeio em pavê, execução de rede de drenagem pluvial, execução de rede de abastecimento de água e de ramais residuais domésticos, incluído trabalhos como sinalização horizontal e vertical.

. Adjudicada Empreitada de "Requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro – Palmela – Fase 1" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que está adjudicada a empreitada de requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro, Palmela, 1.ª fase, com um valor base de 354.621,36 €, IVA incluído, prazo de execução de 130 dias, numa extensão de 345m.

Refere que os trabalhos a realizar englobam a execução de pavimentação betuminosa, lancis e passeios, bem como a ciclovia, execução de troço de rede de drenagem pluvial e uma rotunda com a devida sinalização rodoviária.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano:

_ 25 de Abril e 1 de maio – O Sr. Vereador Roberto Cortegano cumprimenta todos os presentes e saúda o 25 de Abril. Considera os 51 anos do 25 de Abril um marco histórico, que todos os anos deve ser recordado. Refere que, à medida que os anos vão aumentando e tendo grande parte da população de Portugal nascido depois de 1974, é importante que os mais jovens não esqueçam e saibam valorizar o que é viver em liberdade.

Saúda também o 1º de maio, data que considera muito importante e que deve também ser sempre celebrada e recordada. Observa que novos problemas laborais vão surgindo,

atualmente com a abertura de outros mercados, com a livre circulação quer de pessoas como de bens. Refere que, num mundo completamente diferente do que era há décadas, com muitos problemas que felizmente foram sendo ultrapassados com a consolidação da democracia, é importante continuar a refletir sempre nas questões laborais, na extinção de postos de trabalho, assim como no acesso ao mercado pelos mais jovens, com condições e salários mais dignos e tantas outras preocupações onde ainda têm muito que progredir.

_ Lançamento da 1.ª Pedra do Posto Territorial da GNR de Poceirão – O Sr. Vereador Roberto Cortegano faz menção e uma saudação para um dia histórico para o Concelho de Palmela com o lançamento da 1.ª Pedra do Posto Territorial da GNR de Poceirão. Considera que se trata de uma obra aguardada durante décadas e muito importante, onde existiu um grande esforço da Câmara Municipal, de todas as forças políticas e da população para que fosse uma realidade, permitindo colmatar um posto da GNR antigo, com condições indignas para quem tem de trabalhar e desempenhar as suas funções, tão importantes como a segurança para a população. Realça a presença do Primeiro-Ministro, da Ministra da Administração Interna e de dois secretários de Estado e faz menção às palavras do Sr. Primeiro-Ministro, nomeadamente para a necessidade de maior celeridade dos processos e para que a obra se inicie e seja concluída dentro do prazo previsto. Espera que o novo posto venha a ter o reforço de efetivos e de viaturas necessárias para que tenham um concelho mais seguro e uma maior proximidade. Sabe que a segurança muitas vezes vem da própria perceção das pessoas, que se sentem mais inseguras. Menciona que, no último relatório do RASI 2024, a criminalidade geral diminuiu em relação ao anterior, mas a criminalidade violenta aumentou no país, o que faz com que as pessoas sintam mais insegurança, situação que se constata nas ruas, principalmente nos maiores núcleos. Conclui, reiterando a importância que, rapidamente, seja concluído o Posto da GNR do Poceirão e que o mesmo venha a ser munido de tudo o que seja necessário.

_ Intempéries/Rua do Alentejo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano faz referência à Rua do Alentejo e às intempéries que se fizeram sentir durante a última tempestade grave, como a que se verificou à cerca de um mês, tendo derrubado bastantes árvores e postes de comunicação, o que provocou que a rua tenha ficado, na altura, bloqueada e sido desbloqueada, com bastante rapidez, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Transmite que, um mês depois, continuam a existir problemas graves, os quais considera que já poderiam ter sido resolvidos. Faz alusão a três postes de eletricidade que caíram, cujos cabos estão pendurados pela rua e, com muita facilidade, podem vir a partir-se (alerta para a falta de luz na Rua das Amendoeiras e Rua Pedro Alvares Cabral). Alerta também que existe um poste de comunicações que também tombou para dentro da estrada e que está muito próximo de cair, situação que poderá atingir alguma pessoa ou bem. Menciona que existem também árvores de

grande porte que caíram – pensa que são privadas, estão numa residência particular. Considera que, passado um mês, já se poderia ter feito alguma coisa, pelo que terá de se tomar uma atitude para resolver a situação.

Face às intervenções pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Lançamento da 1.º Pedra do Posto Territorial da GNR de Poceirão – Em resposta à intervenção do **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, o **Sr. Presidente** refere que, fazendo jus à justa reivindicação dos membros da guarda, das populações das freguesias e à determinação e empenho do Município em ter encontrado esta solução, as parcerias são importantes entre o Estado Central e o Estado Local para fazer acontecer. Menciona que cada um tem o seu papel, tendo o Município feito a sua obrigação e cumprindo a missão. Espera que a obra corra bem e que venha a contribuir para a fixação de mais militares na zona. Achando interessante o Sr. Primeiro-Ministro pegar em muitas das suas “linhas” de discurso, para depois as complementar e dar a sua visão, reconhecendo a sua pertinência, realça a necessidade de, para além de melhores condições e melhores equipamentos para as forças de segurança, poderem ter melhores condições de saúde no trabalho, remuneração e incentivos. Considera que podem ter equipamentos muito bons e não conseguirem o reforço necessário de efetivos, pelo que ao Governo caberá dar resposta a determinadas exigências, necessidades e expetativas.

Transmite que o Município, lutando contra muitas adversidades, às vezes prejudicando o trabalho das suas obras e dos seus compromissos, tem ficado com os seus serviços assoberbados com processos complexos de obras que seriam responsabilidade da Administração Central, mas consideram que vale a pena o esforço para que as mesmas se concretizem em prol dos interesses das populações.

Em relação à questão dos processos, das inércias, das aprovações, dos silêncios, do atraso da publicação da portaria de extensão de encargos, que o Sr. Primeiro-Ministro fez menção, deixa a nota que a crítica não é ao Município, mas sim à Administração Central. Espera que todos tenham o mesmo entendimento, porque, mais adiante, vão falar de prestação de contas e contas de gerência. Deixa o exemplo que, se a obra tivesse começado no mês de setembro, como era esperado, teriam, seguramente, executado até final do ano, 500 mil euros da obra. Lembra que tiveram que esperar, no mês de novembro, pela portaria de extensão de encargos e pela assinatura de aprovação do contrato. Admite a opinião crítica, mas afirmam que o Município se desculpa sempre com os outros, por essa é a realidade.

Observa que, quem trabalha nas autarquias sabe o que está a acontecer, nomeadamente com a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), com a dificuldade em encontrar empresas e com o excesso de intromissão de tanta coisa no meio dos processos, que os leva a não executar como gostariam a tempo e horas.

Considera que “mais vale tarde do que nunca” e garante que, da parte do Município, o trabalho está lançado no terreno, porque toda a fiscalização, acompanhamento e gestão de obra é da sua responsabilidade. Transmite que esse trabalho, com as equipas técnicas, se for avaliado, importa em dezenas ou centenas de milhares de euros, pois são trabalhadores do Município, estando os custos que estão incorporados.

Conclui, referindo que, aquilo que interessa, é que a obra corra bem e que fiquem felizes com o resultado final.

_ Intempéries/Rua do Alentejo – Sobre os dois temporais que ocorreram, o **Sr. Presidente**, esclarece que o Município, naquilo que é espaço público, interveio, tendo limpo, cortado, desobstruído e reparado. Refere que, no entanto, existem outros operadores no espaço público, que afirmam não ter condições para responder a todas as situações. Lembra que a Câmara Municipal teve que intervir em muitas situações, nomeadamente na rede viária, jardins, proteção civil, bombeiros, espaço público e saneamento. Transmite que procuraram intervir o mais rapidamente possível com os meios que tinham e os que não tinham (tiveram que pedir ajuda).

No que diz respeito à E-Redes e à operadora de telecomunicações, realça que se trata de uma “dor de cabeça” e informa que se envolveu pessoalmente, nesses dias críticos, em contactos ao mais alto nível com a E-Redes, porque tiveram situações onde demoraram mais de oito dias a restabelecer o fornecimento de energia, tendo afetado muito algumas famílias.

Admite que ficaram na expectativa que, passados 15 dias, as coisas pudessem ser resolvidas, mas a situação não está fácil. Dá nota que todas as situações que forem reportadas, são registadas e encaminhadas, pelo que agradece a colaboração do Sr. Vereador ou de qualquer munícipe que faça chegar à Câmara Municipal o seu pedido de ajuda, seja ou não a resolução do mesmo da sua responsabilidade. Assume que, pelo facto de representarem a população, farão junto das entidades as diligências que forem necessárias.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doação - ratificação

PROPOSTA N.º GAP 01_08-25:

«Através do Programa Mecenias de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto foi aceite nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de setembro, o donativo da empresa PPSEC que abaixo se indica.

Tendo em conta a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal de Palmela em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 9 de abril de 2025, ao abrigo do nº3 do artigo 35º do RJAL.

EMPRESA	DONATIVO	PROJETO	VALOR
Paulo Pereira, Serviços de Engenharia Civil Lda NIF: 502422351	Frete marítimo completo Lisboa (Portugal) – Havana (Cuba)	Ação de Cooperação Internacional – envio de equipamento hospitalar e escolar	5.572 euros (cinco mil quinhentos e setenta e dois euros)

Assim, ao abrigo da legislação já referida, propõe-se a ratificação da aceitação da doação objeto da presente deliberação.»

Sobre a proposta de Aceitação de doação - ratificação, numerada GAP 01_08-25, intervêm:

O **Sr. Presidente** complementa a proposta referindo que, no âmbito da política de cooperação internacional e solidariedade, após alguns flagelos graves que ocorreram em Cuba foi solicitado o apoio. Informa que conseguiram, também com médicos cubanos e outros residentes em Portugal, reunir um conjunto de material médico de diversa natureza, desde mobiliário a outros, material de higienização e de proteção que o Município ainda tinha acumulado desde o tempo da pandemia da COVID, que estava nas devidas condições, e mobiliário para estabelecimentos de ensino, entre outros bens. Transmite que a necessidade estava relacionada com o pagamento das tarifas e custos portuários a um transitário para fazer chegar o contentor a Cuba. Dá nota que trabalharam articuladamente com algumas empresas e com a Embaixada de Cuba, tendo, para esse efeito, desafiado uma empresa mecenias de Palmela a fazer parte do processo, nomeadamente oferecendo o frete marítimo completo entre Lisboa e Havana, no âmbito da cooperação internacional de envio de equipamento hospitalar e escolar. Conclui o esclarecimento referindo que o frete acabou por ocorrer numa data em que não tiveram oportunidade de apresentar a proposta atempadamente a reunião de Câmara Municipal.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e assume que não conhecia a empresa, tendo, após pesquisa na internet, ficado a saber que se trata de uma grande empresa que trabalha para África, Oriente e em Portugal. Questiona se a mesma já fez trabalhos para a Câmara Municipal no âmbito de projetos.

O **Sr. Presidente** esclarece que é uma das empresas que tem trabalhado com a autarquia e que, neste momento, é a empresa adjudicatária do projeto de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, 2.ª fase.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Contratos interadministrativos para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros”: necessidade de atribuição de comparticipações financeiras à Junta de Freguesia de Palmela, Junta de Freguesia de Pinhal Novo e Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a título de acerto

PROPOSTA N.º GPC 01_08-25:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, entre os quais os referentes à “Reposição de pavimentos em calçada ou outros”, renovados e atualizados no mandato de 2021/2025, conforme deliberação da Câmara Municipal de 12/12/2021 e aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2021.

Posteriormente, em 2022, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, estes contratos interadministrativos foram sujeitos a atualização no valor a transferir por m2 e, em 2023, com efeitos a 1 de janeiro de 2024, os contratos interadministrativos com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União de Freguesias de Poceirão e Marateca, foram sujeitos a uma atualização na definição da metragem anual.

Durante o ano de 2024, em virtude de necessidades diversas de reposição de calçada nas freguesias, muitas das quais decorrentes de intervenções da Câmara Municipal no subsolo, verificou-se a realização de um grande volume adicional de trabalhos de reposição de calçada nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

De acordo com o artigo 6.º do Contrato Interadministrativo em vigor para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros”, podem ser efetuados acertos quando a verba não for suficiente para a execução da competência, sendo que a Câmara Municipal afetará um montante a transferir às Juntas de Freguesia, mediante análise e parecer dos serviços municipais.

Assim, face às necessidades diversas de reposição de calçada nas freguesias identificadas, no ano de 2024, nos termos do artigo 6º do Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros”, propõe-se, tendo em conta o apuramento global do ano transato, analisado com base nos relatórios trimestrais de execução das competências delegadas, a atribuição das seguintes participações financeiras, a título de acertos, à Junta de Freguesia de Palmela, à Junta de Freguesia de Pinhal Novo e à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo:

- a) Junta de Freguesia de Palmela – participação financeira, a título de acerto, no valor de € 3.573,90, correspondentes a 171m² de calçada, acima da metragem definida;
- b) Junta de Freguesia de Pinhal Novo – participação financeira, a título de acerto, no valor de € 10.032,00, correspondentes a 480m² de calçada, acima da metragem definida;
- c) Junta de Freguesia de Quinta do Anjo – participação financeira, a título de acerto, no valor de € 9.990,20, correspondentes a 478m² de calçada, acima da metragem definida.

Código orçamental e código GOP:
01.02.05/08.05.01.02 – 3.3.1.03.002»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Protocolos de colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes

PROPOSTA N.º SMPC 01_08-25:

«Na reunião de Câmara realizada a 6 de março de 2025, foram aprovados os Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP), ficando então estabelecida a necessidade de reavaliar o modelo de financiamento e proceder à sua reestruturação, tendo em vista um futuro ajustamento orçamental.

Tendo sido realizados os devidos acertos, propõe-se agora a aprovação de novos protocolos. Estes protocolos preveem a atribuição, às Associações Humanitárias de Bombeiros, de um valor correspondente à diferença apurada entre os montantes já transferidos (referentes aos meses de janeiro a abril de 2025, ao abrigo dos protocolos anteriores) e os novos valores agora propostos. Valores esses incluem a remuneração dos elementos dos GBP, com base no nível 5 da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública, acrescida dos seguintes encargos:

subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal e contribuições para a Segurança Social da responsabilidade das Associações.

Face ao exposto e considerando as alterações propostas, submete-se à deliberação da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, a qual contempla a comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, no valor global de 268.610,70 € (duzentos e sessenta e oito mil seiscientos e dez euros e setenta cêntimos), a dividir pelas três associações, conforme quadro seguinte:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	8	89.536,90
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	8	89.536,90
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	8	89.536,90
TOTAIS	24	268.610,70

Código Orçamental: 01.02.04/04.07.01
Código GOP: 1.2.1.01.001 2014 A 23»

Sobre a proposta de Protocolos de colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, numerada SMPC 01_08-25, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** pressupõe, porque não vem no corpo da proposta, que os Bombeiros foram ouvidos em relação aos novos valores.

O **Sr. Presidente** esclarece que foram ouvidos quando explicaram que aprovariam apenas até abril porque, na altura, não havia dotação orçamental para fazer a atualização no início do ano. Refere que a presente atualização foi discutida com os Bombeiros.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Prestação de Contas 2024

PROPOSTA N.º DAFRH 01_08-25:

A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2024, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos

resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2024 reflete, em termos de valor global, um crescimento das receitas do município de 4,3% face a 2023. Para este aumento contribuiu o aumento do IMT, IUC, Transferências Correntes do Orçamento de Estado e da Participação Fixa do IRS.

Importa, contudo, voltar a sublinhar que parte do crescimento da receita municipal, resulta do aumento das transferências do orçamento de estado em virtude da assunção pelo município das novas competências, em particular na área da educação, as quais se destinam a financiar nova despesa (em particular de pessoal e de transferências para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas), não resultando por isso num acréscimo líquido das disponibilidades orçamentais do município.

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 64 milhões de euros em 2024, verificando-se um crescimento de cerca de 2 milhões de euros em relação ao registado em 2023.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 28,1 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 41,0% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de 1,3 milhões de euros, relativamente ao ano 2023.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 17,9% (+3 milhões de euros), que resulta transferências de competência e da Participação Fixa do IRS.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 68,5 milhões de euros e uma despesa de cerca de 71,4 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de -2,9 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2023 no valor de cerca de 10,97 milhões de euros, transitando para 2025 um saldo de 8 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 94,7%, ficando aquém do esperado em virtude de atrasos no reembolso de pedidos de pagamentos por parte da administração central, no âmbito de candidaturas a Fundos Comunitários (incluindo financiamentos do BEI) e de contratos programa, que no final do ano atingiram um montante na ordem dos 4,7 milhões de euros - deduzindo este desvio a taxa de execução da receita teria sido de 105,6%

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 71,4 milhões de euros, menos 4,3% que no ano 2023, dos quais 40,7 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,7%.

As despesas com pessoal registam em 2024, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1 milhão de euros (+3,6 %). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactaram na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (Decreto-Lei n.º 108-2023 de 22 de novembro) bem como medidas de valorização da carreira técnica superior (Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro) e da categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores percentuais que servem de referencial ao cálculo do valor hora, de diversos suplementos remuneratórios, designadamente trabalho noturno e trabalho suplementar. De salientar o acréscimo para o dobro das percentagens do abono a título de trabalho suplementar, a partir das 100 horas anuais (art.º 8º do Decreto Lei nº 13/2024 de 10 de janeiro).

Destaca-se ainda, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo Decreto-Lei 75/2023 de 29 de agosto (aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público - 18 anos de serviço e 6 pontos no SIADAP), com abrangência de um universo de 104 trabalhadoras/es e alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) de 34 trabalhadoras/es. O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2024, foi de cerca de 21,8 milhões de euros, enquanto que, 2023 se registou um valor de cerca de 20,6 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 21,6%, passando de 739 mil euros em 2023, para 838 mil euros em 2024.

A Aquisição de Bens de Capital, registou uma redução face a 2023 de 30,8%, em termos absolutos, (-4,7 milhões de euros), o que representa o valor mais baixo em termos absolutos no quadriénio (10,6 milhões de euros), este decréscimo deve-se, essencialmente, ao volume de investimentos realizados em 2023, no âmbito da Estratégia Local de Habitação e da Rede Viária.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diminuição de 700 mil de euros (-3,4%), comparativamente ao ano 2023. Esta diminuição resulta, essencialmente, na adoção de uma política de pagamentos mais diluída, em ordem a garantir uma melhor gestão de tesouraria.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2024, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,6 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 6,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante as receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não são possíveis apurar com rigor.

Assim, propõe-se, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2024, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.»

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2024, numerada DAFRH 01_08-25, intervêm:

O **Sr. Presidente** faz uma nota explicativa sobre o documento de Prestação de Contas 2024.

Relativamente ao crescimento das receitas do Município de 4,3% face a 2023, complementa que não se trata de um benefício pois fica aquém do que a Câmara Municipal tem a receber por via da descentralização de competências. Quanto à Participação Fixa do IRS, acrescenta que, existindo mais pessoas a trabalhar e com a respetiva tributação, não deixaram de contar com essa receita, pois a mesma é indispensável para os compromissos que querem ter com a população do concelho de Palmela.

No que respeita ao aumento das transferências do orçamento de estado, resultante da assunção de novas competências, em particular na área da educação, refere que não se trata de uma receita para o Município decidir como irá aplicar o montante transferido, pois o mesmo funciona apenas como “zona de passagem”.

No que concerne ao saldo orçamental negativo, sublinha que o Município pagou mais do que aquilo que recebeu e lembra que existem diversos montantes que estão comprometidos com a despesa fixa e com empréstimos e empreitadas que têm de executar por via das candidaturas dos financiamentos e empréstimos.

Quanto ao facto de a taxa de execução da receita ter ficado aquém do esperado relembra que, na altura, mencionou que na habitação tinham, no final do ano, cerca de 4 milhões de euros para receber do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tendo recebido um milhão mesmo no final do ano e, por isso, não conseguiram introduzir no saldo. Refere que o facto de não ter sido tudo pago, provoca problemas no orçamento do ano seguinte, originado uma gestão mais apertada de tesouraria. Partilha igualmente que, durante a presente semana, foi publicada uma Portaria para o Governo pagar 230 mil euros da Unidade de Saúde de Pinhal Novo, que foi concluída e inaugurada em 2021.

No que respeita ao acréscimo para o dobro das percentagens do abono a título de trabalho suplementar, a partir das 100 horas anuais, destaca que existiu uma recuperação de valores e

direitos que estiveram congelados demasiados anos e que o aumento também se deve ao facto de existir mais pessoal por via da transferência de competências (receberam dinheiro do Orçamento de Estado), tendo havido a necessidade de cumprir a lei, o que aumenta os gastos com o pessoal.

Transmite que o aumento do pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal se deve o facto de, sem o mesmo, nenhum evento, seja do Município, seja do movimento associativo, seria possível realizar-se.

Esclarece que, quanto à redução da Aquisição de Bens de Capital, se tem conseguido avançar e a marcar passo com as obras da Estratégia Local de Habitação, com o Posto da GNR e com outras obras que foram anunciadas das quais estiveram à espera de pareceres e de correções de algumas entidades, situação que, a não verificar-se, poderia trazer uma maior execução. Manifesta a sua felicidade pois estão a conseguir lançar os concursos.

Apresenta ainda, de uma forma mais resumida, algumas notas ao presente documento.

Salienta que 89,10% das propostas foram aprovadas por unanimidade e 10,90% por maioria. Destaca que a receita de IMI foi inferior, pois a taxa voltou a baixar (estão na taxa mínima) e que também a Derrama não obteve a receita que estavam habituados. Manifesta a sua surpresa quanto ao ligeiro acréscimo do IMT, uma vez que o IMT de 2023 foi extraordinário (com a venda da Herdade de Rio Frio), pelo que estimavam uma redução por parte de outras medidas legislativas do atual Governo. Realça que o imobiliário continua em grande ebulição. Considera que o ligeiro aumento do IUC está relacionado com o aumento do valor e do número de viaturas no concelho.

Dá nota que a venda de bens e serviços correntes, que é receita própria dos próprios municípios, mas que também tem muita despesa associada, constituiu 18,5% da receita. Para que se perceba a questão dos impostos, porque os números globais dão a sensação de aumento da receita, sublinha a importância da consulta da página 17 para se compreender a evolução das transferências do Orçamento de Estado. Salienta que a existência de mais transferências do Orçamento de Estado se deve às transferências de competências e a atualizações. Considera que, quem percebe do financiamento autárquico, constata o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) está em “queda livre”, quase insignificante, pelo que não podem deixar de receber o IRS, pois trata-se de algo que é imperativo para a receita do Município (compensa tudo o que deixou de entrar desde a última mexida na Lei das Finanças Locais).

Enfatiza que o Município de Palmela, no que concerne à venda de bens e serviços correntes – água, saneamento e resíduos – revela indicadores económicos e menções de sustentabilidade económico-financeira, mais independência do que outros municípios. Manifesta a sua felicidade na capacidade de criar receita própria, que também é fruto das opções políticas, pois as tarifas têm sido aprovadas na Câmara Municipal. Realça que, pelo facto de manter um tarifário

socialmente e economicamente equilibrado e acessível, estão a receber, por exemplo em saneamento e resíduos, cerca de 5.245.000€ por ano e que o pagamento do Município à Amarsul e à Simarsul, com o aumento da tarifa dos resíduos e deposição em aterro, se cifra em 6.688.000€. Dá nota que, se acrescentarem os custos de trabalho do pessoal, do saneamento, dos resíduos, das águas, ou seja, a administração direta do sistema em baixa, as aquisições de serviços a empresas prestadores de serviços nos monos e nos resíduos, são mais cerca de 1 milhão por ano, chegam à conclusão que as tarifas cobrem, nesses setores, 50% do valor dos custos do serviço.

Faz referência à página 25 do documento de prestação de contas, nomeadamente às razões dos desvios entre o previsto e o realizado, que têm mais equilíbrio nas diversas funções sociais, económicas e gerais em termos de execução, embora continuam a existir. Destaca o contributo do número de concursos desertos que existiram e do número de processos que ficaram pendentes por aprovações externas, por pareceres e também por algumas inércias. Partilha que o número de empreitadas existente em 2024, em comparação com anos anteriores, foi de um terço.

Relativamente ao financiamento/bens de capital, apresentado na página 27, salienta que, apesar da redução do valor, a Câmara Municipal fez empréstimos para investimentos, candidaturas com financiamentos, a ITI (Investimentos Territoriais Integrados), que apoia 40%, o que exige que se faça investimentos na ordem de 1,8 milhões, para apenas serem apoiados em 40%, o que faz com que se tenha de encontrar formas de financiar os restantes 60% (o autofinanciamento para o investimento é superior ao volume dos empréstimos e dos Fundos Comunitários).

Realça também o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, com as receitas correntes a serem superiores às despesas correntes, com o saldo de equilíbrio corrente 3, 352 milhões de euros.

Destaca os rácios de eficiência e produtividade, apresentados na página 34, e refere que se critica muito os serviços municipais, quando existem muitas concretizações, procurando fazer de ano para ano melhor. Explica que o grau de eficiência, que é medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP (Grandes Opções do Plano) e a despesa total, tendo esse indicador sofrido uma diminuição em 2024, comparado com o ano 2023. Menciona que, em 2024, este rácio apresenta uma taxa de 57%, o que significa que mais de metade do valor da despesa paga não é com pessoal ou de funcionamento, mas das Grandes Opções do Plano. Relativamente ao rácio de produtividade, que é medido através do rácio entre as despesas com as Grandes Opções do Plano e os meios consumidos com os trabalhadores, transmite que o mesmo desce, pois passou de 161,50€ para 141,25€.

Desafia a vereação a comparar com a generalidade da Administração Pública e da Administração Local.

Ainda no âmbito financeiro, refere que, em relação ao endividamento municipal, o capital em dívida em 2024 é inferior ao de 2023, em menos 2,1%, e que o saldo de gerência é 3,1 vezes superior à dívida de curto prazo. Esclarece que a dívida de curto prazo são as faturas em trânsito, de receção e conferência.

Quanto à margem de endividamento, apesar dos últimos empréstimos contratualizados para investimento, salienta que a mesma continua acima dos 10 milhões, ou seja, 12,5 milhões de euros, o que significa que podem recorrer a mais empréstimos, o que será necessário para as candidaturas da ITI (Investimentos Territoriais Integrados) que vão até 2027/2028.

No que concerne aos pagamentos em atraso, refere que, no ano de 2024, o prazo médio de pagamentos, tendo em conta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e segundo os dados fornecidos pela DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), cifra-se nos 18 dias.

Faz referência às percentagens de execução das Grandes Opções do Plano, nomeadamente às Funções Gerais, de 77,66%, Funções Sociais, de 81,23%, Funções Económicas, de 78,10% e à média de 98,22%, nas outras funções não discriminadas.

Menciona as transferências para as Juntas de Freguesia, que resultam dos contratos interadministrativos e acordos de execução e das competências que se tornaram próprias das Juntas de Freguesia, que não vêm do Orçamento Geral do Estado, mas que são retiradas ao Orçamento da Câmara Municipal. Refere que, no último ano, transferiram para as Juntas de Freguesia 3.360.510,96€.

Salienta que muita coisa que acontece no concelho, para além de contar com apoio logístico, resulta do trabalho das equipas e brigadas municipais, pois têm um território com grande dinâmica e que promove o desenvolvimento social, cultural e económico, porque cada evento mobiliza e dinamiza a economia.

Destaca também a transferência para associações e instituições, sobretudo para atividade, mas também para obras e investimento, no total de 2.289.257,03€, apoio que considera ser devido pois essas entidades também estão a substituir-se ao Estado – Central e Local, fazendo serviço público.

Após a nota explicativa, o **Sr. Presidente faz um resumo da Introdução à Prestação de Contas de 2024**, mas solicita que a mesma seja reproduzida, na íntegra, em ata como a seguir se transcreve:

"Introdução

Sob o lema "Abril para Já", as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 no Concelho marcaram, profundamente, o ano de 2024, não só no que respeita à programação direta de um conjunto eclético de iniciativas, mas, também, a propostas de reflexão, ação e participação cidadã que confirmaram o Poder Local Democrático enquanto conquista basilar de Abril e perspetivaram o futuro. Face ao crescimento demográfico e a um contexto global desafiante, o Município avançou ou concluiu, com o apoio da Academia, um importante pacote de planos, diagnósticos e outros documentos estratégicos – desde logo, o Plano Diretor Municipal, peça central na definição de uma visão de desenvolvimento sustentável, muito além do ordenamento do território.

A entrega ao Comité MaB (Man & Biosphere) do Dossiê de Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera da Unesco representou o culminar de um longo processo de parceria com a Associação de Municípios da Região de Setúbal, os municípios de Sesimbra e Setúbal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que envolveu, igualmente, centenas de agentes locais e as populações na preservação e valorização deste património inigualável. A Arrábida viu, cada vez mais, confirmada a sua centralidade, em diferentes áreas, e assumiu-se como fator de desenvolvimento, atraindo eventos culturais, desportivos, turísticos e científicos e motivando laços de cooperação nacional e internacional.

Nos campos técnico e político, a postura reivindicativa e propositiva foi determinante para a concretização de um conjunto de obras e projetos da responsabilidade da tutela, como a conclusão do Pavilhão Municipal de Palmela, a adjudicação do Posto da GNR em Poceirão ou o lançamento de concurso para a nova Unidade de Saúde de Quinta do Anjo. Ao mesmo tempo, aprofundou-se a luta pelas variantes às EN 252 e 379 e pelo reforço de recursos humanos na Saúde e nas Forças de Segurança, entre outros. A assunção de competências na área da Saúde veio agravar o défice, já sentido na Educação, entre os valores transferidos pela Administração Central para fazer face às competências transferidas e as reais necessidades, com reflexos financeiros na vida da Organização. Não obstante, o Município assumiu intervenções profundas em várias instalações de saúde degradadas, a fim de melhorar as condições para utentes e profissionais de saúde e incrementar a sua fixação no Concelho.

A implementação da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão-Marateca, financiada pelo PRR, avançou nos diversos eixos, verificando-se, na componente material, a realização de algumas obras e, principalmente, de muitos projetos com reflexo prático em 2025, sendo inegável a dinâmica gerada por este processo, com efeito de contágio a outros parceiros e atores locais.

Globalmente, 2024 saldou-se por uma elevada capacidade de execução, traduzida no paulatino alargamento e qualificação das redes de equipamentos, infraestruturas e serviços municipais, na conclusão de planos e projetos estratégicos, na afirmação de programas e eventos e no reforço de redes de parceria, solidariedade e colaboração institucional, determinantes para a coesão social e territorial.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

É transversal e permanente o objetivo de valorização e motivação dos recursos humanos na Organização, que coloca as pessoas no centro da sua estratégia de qualificação do Serviço Público. No final de 2024, o efetivo global era de 1.204 trabalhadoras/es, registando-se, ao longo do ano, a entrada de 68 pessoas, resultado do esforço contínuo de recrutamento, por via de procedimento concursal, processos de mobilidade ou recurso à Bolsa de Emprego Público. Além da valorização remuneratória através de regime regra, centenas de trabalhadoras/es beneficiaram da aplicação do mecanismo "acelerador", da medida de valorização para assistentes operacionais com mais de 30 anos de antiguidade ou da opção gestionária do Município. O encerramento do biénio de avaliação 2023-24 e a preparação de 2025, considerando as profundas alterações introduzidas pela legislação, exigiram forte empenho de toda a estrutura, sublinhando-se a realização de ações de formação para o Executivo, dirigentes, coadjuvantes e trabalhadoras/es. A formação continuou, aliás, a ser uma aposta forte, com registo de 405 ações, num total de 18 mil horas. Destaque para a formação on job nos setores operacionais e cursos especializados que colmataram lacunas em áreas onde não tem sido possível recrutar, o pacote de formação inicial para quem entra de novo, com posto de trabalho informatizado, ou o programa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que permitiu a seis trabalhadoras/es verem certificada a sua habilitação escolar de 12.º ano. Fazendo jus à distinção como marca "Entidade Empregadora Inclusiva", o Município dinamizou iniciativas promotoras de inclusão, da formação em Língua Gestual Portuguesa para o Atendimento à realização de estágios curriculares e profissionais e outras experiências de trabalho ou formação para pessoas com deficiência. As/os auxiliares de ação educativa usufruíram de formação especializada em várias temáticas, incluindo capacitação para trabalhar com Crianças com Necessidades Educativas Específicas, no Espetro do Autismo. Na Saúde Ocupacional, mais do que duplicou o número de exames complementares de diagnóstico realizados e foram dinamizadas múltiplas campanhas de informação e sensibilização. O projeto multiplataforma "Calendário dos Afetos" reforçou a visibilidade e conhecimento da Organização sobre saúde mental, objetivo partilhado com o público externo em mais uma edição do seminário nacional "Saúde Positiva", com uma centena de participantes.

O trabalho realizado por administração direta continua a ser essencial, internamente e na concretização da atividade promovida ou apoiada pelo Município, capitalizando o saber fazer das equipas, o profundo conhecimento do território e a forte ligação aos agentes locais. No final do ano, a Frota Municipal dispunha de 156 veículos, incluindo seis novos ligeiros de passageiros/os, um veículo de desobstrução de coletores, dois ligeiros de mercadorias e um pesado de mercadorias. No que respeita a instalações, destaca-se o concurso para a 3.ª fase de requalificação do edifício dos Paços do Concelho (fínda a segunda, que, além do Salão Nobre, incidiu sobre um conjunto de espaços e estruturas importantes para o quotidiano das/os

trabalhadoras/es e tornou o primeiro andar acessível), a conclusão do projeto para adaptação do edifício Coopinhal e o aumento da capacidade de resposta a pequenas reparações e beneficiação de edifícios.

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2024, de 8 de janeiro, obrigaram à rápida adaptação da Organização, em particular, no que respeita aos serviços online, que tiveram, ao longo do ano, incremento no número de formalidades no Urbanismo, bem como em áreas como o Associativismo ou Cemitérios. Foram verificados os impactos desta nova legislação em diversos Regulamentos Municipais em vigor e tiveram início os procedimentos de adaptação. As questões da Cibersegurança tiveram especial atenção e sublinham-se investimentos superiores a 430 mil euros na renovação do parque informático e licenciamento de software de produtividade. A intranet e a gestão da assiduidade foram atualizadas e o alargamento da solução de Centro de Contacto à gestão do correio eletrónico do Urbanismo, para uma gestão centralizada, contribuiu para otimizar os tempos de resposta.

Os balcões de Atendimento são o principal rosto do Município junto da comunidade, sendo determinante a capacidade de adaptação às diferentes situações e expectativas das/os utentes, a qualificação e capacitação das equipas e a simplificação de procedimentos. Ressalva-se a aquisição e adaptação de uma viatura para o atendimento móvel, a fim de garantir melhores condições de trabalho e acolhimento e alargar o número de serviços disponíveis na Loja Móvel do Cidadão.

O programa "Eu Participo!", que agrega os diversos projetos de participação cidadã, é um pilar da política municipal, na defesa de uma gestão participada, transparente e próxima das pessoas. As sessões de prestação de contas e apresentação de propostas a incluir no plano de investimentos do Município resultou na validação de 438 propostas da cidadania, e, internamente, o processo continuou a reforçar a comunicação e a disseminar informação de interesse, contribuindo para uma Organização mais coesa, apesar da heterogeneidade. As Semanas das Freguesias apresentaram programas de trabalho intensos, que reforçaram o relacionamento com as autarquias, populações e agentes locais e agilizaram a resolução de questões de gestão corrente, sendo de particular importância as "Mostras de Projetos", com apresentação e recolha de contributos sobre vários projetos em desenvolvimento. Iniciado em 2015, o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil continuou a despertar, nas novas gerações, o interesse por uma cidadania interventiva e informada, com resultados concretos junto da comunidade e no quotidiano das escolas. São exemplo várias plantações de árvores, a criação de uma sala multiusos da EB Olhos de Água 2 ou a requalificação do logradouro da EB Lagoa da Palha, intervenções solicitadas pelas crianças, cujas propostas de solução foram partilhadas com elas e com a comunidade educativa. Ainda neste âmbito, a exposição "A nossa voz" reuniu trabalhos desenvolvidos desde 2011 e enquadrou o lançamento da publicação "A tua voz", compilação de mais de uma centena de textos escritos por estas/es jovens ativistas dos direitos humanos.

No âmbito do trabalho desenvolvido na Rede de Autarquias para a Igualdade, destaca-se a participação ativa na construção da campanha nacional para partilha de responsabilidades familiares por homens e mulheres "Responsabilidades partilhadas, tempo multiplicado" e a organização de um conjunto de webinars temáticos. A disseminação do trabalho no campo da promoção da igualdade e não discriminação continuou, também, junto da comunidade e das escolas, para um território mais equilibrado e inclusivo, confirmado pela CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, através de uma distinção na 7.ª edição do Prémio "Viver em Igualdade".

A entrega dos novos veículos urbanos de combate a incêndios dos Bombeiros de Águas de Moura e de Palmela, já ao serviço, representam o cumprimento do compromisso do Município no apoio às três corporações do Concelho para a necessária renovação da frota, tendo sido pagas tranches do apoio aos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo. A participação municipal no funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, Equipas de Intervenção Permanente, seguros de viaturas e aquisição de veículos somou, em 2024, perto de um milhão de euros. Destaca-se, também, a aprovação do Programa Municipal de Execução de Palmela (o primeiro do país) e a revisão e aprovação do Programa Operacional Municipal pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tendo o Município trabalhado ativamente, em diversas frentes, ao longo do ano, na prevenção e combate a incêndios. Medidas de autoproteção, manuseamento de extintores ou uso correto do fogo foram alguns dos temas tratados pela Academia da Proteção Civil, em múltiplas ações junto de IPSS, escolas, movimento associativo e população em geral, para comunidades mais resilientes. Em maio, foi adjudicada a empreitada de construção do Posto da GNR em Poceirão, tendo sido publicada, em dezembro, a respetiva Portaria de Extensão de Encargos pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

No arranque do ano letivo 2024-25, registou-se a abertura de uma nova sala de pré-escolar (EB Cabanas) e uma turma de 1.º ciclo (EB Zeca Afonso, Pinhal Novo), que testemunham o crescimento demográfico e a necessidade de alargamento e ordenamento prospetivo da rede escolar pública. Nesse sentido, encontra-se em elaboração a revisão da Carta Educativa de Palmela, por uma equipa do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tendo sido entregues os capítulos de enquadramento e diagnóstico. A conclusão do Pavilhão Municipal de Palmela representou o culminar de mais de três décadas de reivindicações, conferindo condições de excelência às/aos alunas/os da Escola Secundária de Palmela para a prática desportiva. Sublinha-se, também, a conclusão da substituição integral da cobertura do jardim-de-infância n.º1 de Olhos de Água, da obra de reforço estrutural da EB da Palhota e da criação do espaço multiusos da EB n.º2 de Olhos de Água, bem como do projeto de execução para uma nova EB em Palmela. Num período marcado pela adjudicação de múltiplos projetos e empreitadas, que dão prossecução aos objetivos de permanente qualificação do parque escolar, municipal, é de

referir, ainda, a conclusão de beneficiações e instalação de novos equipamentos, pisos amortecedores e relva sintética nos Espaços de Jogo e Recreio das escolas básicas Palmela 2, Algeruz-Lau, António Santos Jorge (Pinhal Novo) e José Saramago (Poceirão).

O pacote de medidas de apoio social continuou a apoiar centenas de famílias, salientando-se a entrega de 74 Bolsas de Estudo, referentes ao ano letivo 2023-24, e a aprovação do aumento do número de Bolsas para 100. O Município forneceu, em média, 3.950 refeições diárias e assegurou refeições nas pausas letivas para beneficiárias/os dos escalões A e B. Projetos educativos como o "Fantasiarte" (que celebrou a sua 30.ª edição), o "Aprender a Nadar" ou os "Jogos Desportivos Escolares" (com uns expressivos 7.766 participantes) continuaram a dinamizar a vida interna das escolas e a promover relações de partilha e interação entre a comunidade educativa. A OIL Poceirão-Marateca tem conferido particular atenção à Educação, enquanto motor incontornável de desenvolvimento e sustentabilidade, sendo exemplos, na Escola Básica e Secundária José Saramago (Poceirão) a inauguração da sala S.T.E.A.M. e do Laboratório Ambiental, e ações de capacitação para docentes e alunas/os.

Na área da Saúde, o processo de assunção de competências da Administração Central avançou, não obstante dificuldades várias e a constatação do péssimo estado das instalações e equipamentos das unidades de saúde, tendo sido priorizadas pelo Município mais de uma centena de ações de conservação urgente, bem como algumas intervenções profundas. Teve início a empreitada de beneficiação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Pinhal Novo - Zeca Afonso e foram lançados os procedimentos relativos às UCSP de Águas de Moura e de Poceirão, inseridos na OIL, e, em dezembro, procedeu-se à instalação do Conselho Municipal de Saúde. As ações de literacia e promoção da saúde, com recurso à Unidade Móvel, abrangeram mais de 2.500 participantes, com destaque para as ações nas escolas. Entretanto, concluiu-se o projeto relativo à Unidade de Saúde a construir em Quinta do Anjo, em terreno cedido pelo Município, encontrando-se a decorrer, a 31 de dezembro, o concurso para a respetiva empreitada.

Uma Rede Social forte é fundamental para a promoção do desenvolvimento social e erradicação da pobreza e da exclusão. A equipa multidisciplinar do projeto "Radar Social" veio reforçar o trabalho de parceria e referenciação destes problemas no Concelho e iniciou a sua atividade, precisamente, com a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, já aprovados pelo Conselho Local de Ação Social. Destaca-se, também, a constituição do Núcleo Local da Garantia para a Infância de Palmela, incluindo 14 entidades parceiras, e a assinatura do protocolo com a coordenação nacional. O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social manteve a sua atividade regular, coordenada pelo Município, tendo os protocolos com as três IPSS de referência sido aditados para vigência até ao final de 2025. Foram acompanhadas perto de seis centenas de famílias e aprovados 237 Acordos de Intervenção e 384 Contratos de Inserção. Projetos e serviços como o "Clique sem Idade", "Outubro MAIOR", "RuralIdades" ou o Serviço Municipal de Teleassistência "Cuidar +" continuaram a reforçar imagens positivas do

envelhecimento e a combater o isolamento das pessoas de idade maior. A distribuição dos Cabazes Solidários Saudáveis, à base de carne de aves, abrangeu 2.176 munícipes, complementando os bens entregues pelo Banco Alimentar, e o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes realizou centenas de atendimentos em todo o Concelho, demonstrativos da sua pertinência.

Num contexto de necessidade do aumento de respostas sociais, o Município continuou a apoiar as IPSS locais na prossecução da sua atividade e concretização de projetos e obras, salientando-se, neste período, parcerias com a Associação dos Idosos de Palmela, a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores e a Santa Casa da Misericórdia de Palmela, bem como o conjunto de intervenções de requalificação de instalações previstas na OIL e assumidas diretamente pelo Município: Centro Comunitário de S. Pedro em Cajados – Cáritas Diocesana de Setúbal (concluída), Casa do Povo de Palmela - Centro Social em Lagameças (em curso) e Centro Social de Palmela - JI "A Cegonha" em Poceirão (projeto de execução).

Em 2024, o Município atribuiu 23 fogos, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, no total de 39, e reviu o Regulamento Municipal de Habitação, com introdução do Regime de Arrendamento Acessível, visando abranger um maior número de agregados, com níveis de rendimento intermédios. Foram adquiridos mais cinco fogos para reabilitação e atribuição em regime de arrendamento apoiado e desenvolveram-se múltiplas empreitadas de reabilitação ou de obras mais ligeiras, quer em fogos adquiridos, quer em habitações já integradas no parque habitacional municipal, bem como estudos prévios e projetos de arquitetura e especialidades para construção ou reabilitação de vários fogos. No entanto, a crise no setor da construção, com dificuldades em responder às solicitações do mercado, afetou vários procedimentos lançados, o que resultou numa Oferta Pública de Aquisição sem efeito e em vários concursos de conceção/execução desertos. Regista-se o arranque da empreitada de construção de habitação coletiva em Brejos de Carreteiros (Quinta do Anjo) pela Fundação COI, em terreno cedido pelo Município, num projeto pioneiro em Portugal.

Os 45 dias de Discussão Pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, antecidos de quatro sessões públicas de esclarecimento descentralizadas, resultaram no apuramento de 267 participações efetivas, demonstrativas do elevado nível de participação e envolvimento de interessadas/os no processo. Durante o último trimestre do ano, procedeu-se à sistematização e ponderação de cada uma, com elaboração de ficha individual e, em alguns casos, à adaptação da proposta de Plano, a submeter à tutela, em sede de conferência decisória. Uma maior dinâmica verificada nas AUGI exigiu acompanhamento permanente, sendo de registar, por exemplo, a aprovação das obras de urbanização na AUGI Quinta da Torre/Cabanas e a receção provisória parcial das obras de urbanização remanescentes na AUGI de Brejos Carreteiros.

Na área de intervenção do Centro Histórico de Palmela, concluiu-se o Estudo e Plano de Revitalização Económica, elaborado pelo Instituto Politécnico de Setúbal e colocado à apreciação do público. O projeto para requalificação de vários arruamentos foi adjudicado e sublinha-se a recuperação do Salão Nobre e de outras áreas dos Paços do Concelho, edifício quinhentista de grande importância histórica e identitária. O processo anual de identificação predial voluntária, para efeitos de minoração de IMI, registou o número mais elevado desde o início da aplicação da medida, em 2006: 647 prédios, dos quais 328 arrendados. O novo processo de identificação sistemática de prédios causadores de risco nesta Área de Reabilitação Urbana resultou em vistorias para a determinação de trabalhos em 36 edifícios, num processo que tem espoletado a atuação das/os proprietárias/os, com resultados transformadores.

Os equipamentos culturais municipais são cada vez mais procurados por públicos de diversos segmentos e proveniências, que encontram nesta rede descentralizada um importante conjunto de valências. As Bibliotecas Municipais registaram um incremento de 21 mil utilizadoras/es, fruto da sua enorme dinâmica e de uma extensa programação. Durante o ano, decorreram obras de beneficiação da sala multiusos da Biblioteca de Pinhal Novo e foi lançado procedimento para a requalificação do edifício que o polo de Quinta do Anjo partilha com o balcão de atendimento municipal. Financiado pela OIL, o Centro Cultural de Poceirão (que foi alvo de uma obra para aumento da eficiência energética, ao longo do segundo semestre), acolheu um espaço MAKER, que funcionará como uma extensão da sala STEAM da EB José Saramago, permitindo às famílias concretizar projetos em áreas como a automação e robótica, a eletricidade e eletrónica, ou os audiovisuais. Dentro do projeto de "Formação para a Comunidade", merecem destaque os cursos de Português Língua de Acolhimento, que contaram com 1.802 participantes.

Concluído o estudo e o projeto de reabilitação para estabilização da estrutura de Torre de Menagem e Corpos Contíguos do Castelo, bem como o projeto referente aos guarda-corpos para os baluartes, o Município desenvolveu, também, um projeto de reabilitação para a ruína da Igreja de S. Pedro da Marateca (OIL), lugar de identidade e memória do lugar. As iniciativas de investigação e divulgação da história local, mais remota ou contemporânea, incluindo cursos, visitas, exposições ou edições bibliográficas, continuaram a atrair um público muito interessado. De igual modo, a programação do Serviço Educativo e do Museu A Estação estimularam o convívio intergeracional e inclusivo.

Da música à dança, do teatro ao cinema, dos encontros para reflexão à disponibilização de novos serviços (como o Gabinete de Inserção Profissional, assegurado pela cooperativa SEIES no Monte do Francisquinho), os novos Centros Comunitários já firmaram o seu lugar junto das comunidades que servem e os equipamentos mais antigos continuam a reinventar-se, com uma programação de qualidade (de volume dificilmente reproduzível neste documento) e sempre de portas abertas para os parceiros locais e para a realização de grandes eventos. As festividades locais, com destaque, pela dimensão e impacto, para as Festas Populares de Pinhal Novo e a

Festa das Vindimas, foram confrontadas com um preocupante aumento dos preços de produção, a par da diminuição de patrocínios angariados, o que exigiu empenho redobrado do Município nos apoios globais, incluindo o trabalho direto de muitas equipas municipais, com vista à concretização do seu intenso calendário.

Também na área desportiva, o alargamento da rede de equipamentos tem sido objetivo do Município, que concluiu, em 2024, o já referido Pavilhão Municipal de Palmela e Campos de Padel no complexo de piscinas municipais de Pinhal Novo, investiu fortemente na requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e circuitos fitness, em todo o Concelho, bem como na instalação de novos em zonas abrangidas por obras de requalificação do espaço público, e preparou projetos relativos à Pista Simplificada de Atletismo de Pinhal Novo, à ampliação da zona desportiva junto ao CRJ de Quinta do Anjo ou à requalificação da Praceta Antero de Quental, na mesma localidade. No âmbito da OIL, foi adjudicado o projeto de requalificação de instalações desportivas do Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura. Tal como na Cultura, o calendário de eventos promovidos ou apoiados pelo Município é extenso e de qualidade, com as atividades de ar livre a assumirem-se, também, como fator de atratividade para o território. Entre os diversos programas de desenvolvimento de modalidades e de promoção do desporto, merecem referência os projetos "Ciclismo vai à Escola", que continua a expandir-se para outras escolas e freguesias, e "Palmela – Judo na Escola", experiência iniciada em três escolas, bem como o Programa de Desenvolvimento do Desporto Adaptado, que proporcionou atividades de natação, Boccia, equitação e judo adaptados, maioritariamente para alunas/os das escolas. A importância da prática desportiva para a saúde, inclusão e desenvolvimento das pessoas com deficiência motivou a realização, em parceria, do II Congresso de Desporto Adaptado em Palmela.

O trabalho municipal com e para a juventude continua a ter no "Março a Partir" o momento alto de divulgação da atividade e contacto com a comunidade, patente, também, em projetos como o Concurso de Bandas Amadoras, a participação no Festival da Juventude, os programas de animação das pausas letivas ou as ações de formação, capacitação e voluntariado. Não obstante, a política municipal de Juventude consubstancia-se, de forma transversal, em medidas vertidas nas áreas da Educação, Habitação, Cultura, Desporto, Ambiente, Participação Cidadã ou Saúde.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Concluída a elaboração do Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, na sequência do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC), o Município assinou o Memorando de Entendimento para a Neutralidade Carbónica do Território Arrábida, com os municípios de Sesimbra e Setúbal e vários agentes da região. A plantação de muitas centenas de árvores, ao longo do ano - quer para complementar o arvoredado urbano, quer na Quinta da Glória (Aires), na campanha "A nossa Serra - Ama. Planta. Cuida", quer, ainda, no âmbito das

diversas fases do projeto "Pinhal Novo Verde", que está a criar ilhas de sombra para combater ondas de calor - é uma medida central e de continuidade, na estratégia de proteção ambiental do Município. Sempre presentes na celebração de efemérides, as ações de plantação foram acompanhadas de caminhadas e percursos de sensibilização para o nosso património natural e iniciativas como o "CicloExpresso", projeto-piloto de comboio de bicicletas para a EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Concluída a ampliação da Horta Comunitária de Quinta do Anjo, foram atribuídas as novas parcelas, com formação teórico-prática. No campo da valorização do espaço público, ressalva-se a remodelação da praça nascente da Nova Palmela e a requalificação dos espaços exteriores da urbanização Expofirme, ambas em Palmela, a requalificação de canteiros em várias zonas do Concelho e a adjudicação de projetos relativos ao arranjo paisagístico da Avenida dos Bombeiros (Palmela) e à recuperação da placa central da Quinta da Asseca (Baixa de Palmela). Apesar da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, merecem destaque, pela vasta área coberta, as ações de corte de prado e mondas realizadas pelas brigadas municipais.

No ano em que a rede de parques caninos cresceu, com a abertura de um novo equipamento, em Pinhal Novo, o CROA incrementou as ações de esterilização de animais, quer por via de campanhas CED (Captura, Esteriliza, Devolve), quer da adoção na comunidade, sublinhando-se um total de 930 felinos esterilizados. A instalação de mais um abrigo, em Águas de Moura, foi acompanhado de ações de sensibilização para cuidadoras/es (OIL).

Na área da Energia, a integração de espaços anteriormente não previstos justificou a expansão do contrato ESE e vários espaços públicos do Concelho foram dotados de iluminação solar. Manteve-se a preocupação global com a eficiência energética, das obras no parque habitacional às unidades de saúde. No período, decorreu o concurso para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de 19 postos de carregamento rápidos e semirrápidos.

A beneficiação da rede viária municipal teve, em 2024, particular enfoque em zonas periurbanas, com a conclusão da pavimentação das ruas dos Alegrias e do Montinhoso – troço nascente (Pinhal Novo), da Etiópia (Poceirão) e Francisco Romão (Aqualva) e de um troço da Av. Marechal Costa Gomes (Lagoinha), bem como da repavimentação da Rua do Caixinhos (Cajados) e da Estrada dos Carvalhos (Palmela). As equipas técnicas concluíram um importante conjunto de projetos, com procedimentos para empreitada a decorrerem este ano. Na área da Mobilidade, o Município continua a acompanhar a TML na operação em curso, bem como na elaboração do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável, e concluiu-se o projeto de acessibilidades "360.º Pinhal Novo – Zona Sul".

Manteve-se o forte investimento na ampliação e renovação de infraestruturas, com maior incidência na zona de confluência entre as freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo: infraestruturação da Rua de Holanda (Vale de Touros), do troço entre as ruas da Paz e de

S. Francisco (Lagoinha), da Rua da Lusitânia (Lagoinha), da Rua José da Cruz Coelho (infraestruturação faseada da Quinta do Canastra/Sobral – Pinhal Novo), ligação da rede de drenagem em Vale de Touros ao coletor da Rua do Aviário (Lagoinha) e construção da rede de esgotos na Rua dos Couceiros e EN 379-2 (Olhos de Água). Concluídos, também, o prolongamento da Rua João de Deus e a drenagem de águas residuais domésticas na Rua Voz do Operário e no Bairro Maria de Lurdes, no Penteado (Pinhal Novo). Realizaram-se prolongamentos nas redes de distribuição de água nas ruas do Faia (Penalva) e Francisco Guerra, Foros do Trapo (Poceirão), foi remodelada a rede na Rua Miguel Cândido (Cabanas) e procedeu-se à integração do subsistema de água da Lagoinha no centro de comando da telegestão. No âmbito da OIL, realizou-se um novo furo de captação de água subterrânea em Fernando Pó para o abastecimento público e foi executado um estudo com vista à implementação de ações de promoção da economia circular junto de agroindústrias. Pela sua enorme complexidade e impacto, o projeto relativo à segunda fase de regularização da Ribeira da Salgueirinha continuou em execução.

O objetivo de incremento da recolha de biorresíduos avançou em diversas frentes. A recolha porta-a-porta foi alargada a Aires e Portal Branco (Palmela) e Bairro Lencastre (Pinhal Novo), abrangendo mais 240 habitações unifamiliares; a recolha coletiva em zonas de prédios avançou, também, em Aires, Monte Novo e Vila Serena (Pinhal Novo) e Portais da Arrábida (Quinta do Anjo), com 912 adesões; a compostagem comunitária em Águas de Moura, Poceirão e Quinta do Anjo cativou 36 agregados familiares, cujas deposições resultaram na produção de 960 kg de composto. A parceria com o Electrão, vocacionada para resíduos elétricos e eletrónicos, teve início em abril, nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, e resultou, até ao final do ano em 200 recolhas a pedido. O novo modelo de funcionamento da recolha de Óleos Alimentares Usados, com equipamentos inteligentes e georreferenciados, permitiu a otimização do serviço, determinante para prevenir a poluição da água com este resíduo e para a sua valorização, resultando na produção de biodiesel. Apesar do aumento exponencial das quantidades de resíduos sólidos urbanos e valorizáveis recolhidos e à entrega de 10,7 t de monos e de 676,6 t de verdes limpos para compostagem, a deposição desregrada e criminosa de resíduos continuou a não dar tréguas, o que justificou a implementação da campanha de sensibilização ambiental "Alerte, deposite e cuide. A nossa Terra agradece!".

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

A estratégia de promoção e afirmação turística do Concelho de Palmela continuou, de forma orgânica, a potenciar os valores endógenos e a desenvolver propostas que acrescentam valor ao território e esbatem fronteiras, na centralidade Arrábida da Região de Turismo de Lisboa. A BTL, as Feiras Nacionais de Agricultura e de Gastronomia de Santarém ou a Mostra de Silves – Capital da Laranja voltaram a ser palcos de grande interesse e visibilidade para Palmela, que também passou a "circular" em estradas internacionais, através de uma parceria com uma empresa transportadora. O protocolo com Sesimbra e Setúbal e com o ICNF, para valorização

do Parque Natural da Arrábida e dinamização da rede de percursos pedestres, e a disponibilização de uma aplicação com percursos áudioguiados bilingues no Parque e na Vila de Palmela são importantes contributos para a prática de Turismo de Natureza. No Turismo Religioso, voltaram a ter destaque as comemorações do Dia de Santiago, com a apresentação do traçado intermunicipal do Caminho de Santiago – variante da Península de Setúbal.

O programa "Palmela – Experiências com Sabor" 2024 continuou a promover os melhores sabores locais, dinamizando o setor da restauração, e está bem consolidado na comunidade, como outros certames, promovidos ou apoiados pelo Município e que são, já, incontornáveis no calendário regional e nacional de eventos: Palmela Wine Jazz, Feira Medieval de Palmela, Fórum Turismo, Festival Queijo, Pão e Vinho, Mostra de Vinhos de Fernando Pó, Mercado Caramelo ou Feira Comercial e Agrícola de Poceirão. Na reta final do ano, o estabelecimento de uma parceria com a Associação de Escanções de Portugal permitiu acolher, em Palmela, o Concurso Nacional de Escanções, o 1.º Concurso Nacional Casta Castelhã - objetivo antigo que permitiu valorizar a nossa casta "rainha", a nível nacional – e a apresentação do Manual de Elaboração de Cartas de Vinhos, projeto pioneiro que, a par de formações certificadas de serviços de vinhos, se constitui como importante contributo para a qualificação do nosso tecido económico. Enquadradas pela OIL, decorreram múltiplas oficinas de capacitação, quer vocacionadas para a empregabilidade jovem e upskilling, quer para a concretização de pequenos negócios, e concluiu-se o projeto de execução relativo à requalificação do Parque Mário Bento, em Poceirão, que ficará preparado para acolher espaços de incubação de projetos do setor agrícola. A Incubadora de Empresas viu autonomizarem-se vários projetos e acolheu novas/os empreendedoras/es, quer fisicamente, quer em incubação virtual, ao mesmo tempo que continuou a fortalecer redes de parcerias com outros projetos e entidades.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 68,5 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2021/2024 e apresentam uma taxa de execução de 94,7%. Comparativamente a 2023, as receitas aumentaram cerca de 2,8 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 28,1 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 41,0% do total da receita arrecadada.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um valor de 2,7 milhões de euros, o que representa 4% do total da receita arrecadada.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 17,9 % (mais 3 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (mais 2 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (mais 1,3 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (mais 715 mil euros). Em sentido inverso o Fundo Equilíbrio Financeiro apresenta uma diminuição de 12,1% (menos 461 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 28,2 % (mais 897 mil euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido em 2024 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam o valor de 1 milhão de euros arrecadados em 2024, enquanto que no ano anterior recebeu-se 527 mil de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 71,4 milhões de euros, menos 4,3% que no ano 2023, dos quais 40,7 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,7%.

As despesas com pessoal registam em 2024, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1 milhão de euros (+3,6 %). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactaram na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única (Decreto-Lei n.º 108-2023 de 22 de novembro) bem como medidas de valorização da carreira técnica superior (Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro) e da categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores percentuais que servem de referencial ao cálculo do valor hora, de diversos suplementos remuneratórios, designadamente trabalho noturno e trabalho suplementar. De salientar o acréscimo para o dobro das percentagens do abono a título de trabalho suplementar, a partir das 100 horas anuais (art.º 8º do Decreto Lei nº 13/2024 de 10 de janeiro).

Destaca-se ainda, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo Decreto-Lei 75/2023 de 29 de agosto (aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público: 18 anos de serviço e 6 pontos no SIADAP), com abrangência de um universo de 104 trabalhadoras/es e alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) de 34 trabalhadoras/es. O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2024, foi de cerca de 21,8 milhões de euros, enquanto que, 2023 se registou um valor de cerca de 20,6 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 21,6%, passando de 739 mil euros em 2023, para 838 mil euros em 2024.

A Aquisição de Bens de Capital, registou uma redução face a 2023 de 30,8%, em termos absolutos, (-4,7 milhões de euros), o que representa o valor mais baixo em termos absolutos no quadriénio (10,6 milhões de euros), este decréscimo deve-se, essencialmente, ao volume de investimentos realizados em 2023, no âmbito da Estratégia Local de Habitação e da Rede Viária.

A Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diminuição de 700 mil de euros (-3,4%), comparativamente ao ano 2023. Esta diminuição resulta, essencialmente, na adoção de uma política de pagamentos mais diluída.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2024, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 2,6 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 6,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não são possíveis apurar com rigor.”

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** começa por agradecer a explicação do **Sr. Presidente** e refere que a prestação de contas na governação local, para além de uma obrigação legal, é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a confiança entre os munícipes e a autarquia.

Considera que se deparam, não poucas vezes, com o distanciamento dos munícipes face ao que se faz na autarquia, situação que a todos deve preocupar, pois ouvem diversos comentários e questões, que são legítimas, como: “a autarquia não disponibiliza informações de forma clara e acessível”; “não sabemos qual o orçamento da Câmara”; “as obras não se fazem porque não há dinheiro?”; “de onde vêm as receitas para a Câmara trabalhar?”

Observa que é obrigação dos eleitos, facilitar e fazer chegar esta informação aos munícipes, pelo que o PS considera que a discussão deste documento, um dos documentos de maior importância anual para o concelho, deveria merecer uma análise mais pormenorizada (quando refere pormenorizada, não se refere a uma descrição como a que foi feita e sim uma análise pormenorizada entre todos os eleitos presentes) e, portanto, numa reunião em que todos tivessem conhecimento que o iria ser analisado, sem mais assuntos interligados, e não numa reunião de Câmara Municipal com 20 pontos de Ordem de Trabalhos, como a de hoje, o que reduz a objetividade que se impunha e que se deveria ter.

Lembra que os eleitos do PS têm vindo a dizê-lo, ano após ano, mas totalmente em vão, pelo que, uma vez mais, não podiam deixar manifestar a sua posição, para que ficasse em ata. Considera que têm que ter objetividade e fazer transparecer para os munícipes que vão analisar um documento que é importante e permitir que eles possam analisar esse documento e não com uma ordem de trabalho com 20 pontos, onde se perde, claramente, a intenção do mesmo.

Refere que, apesar disso, analisaram o documento que foi disponibilizado, com a atenção que o mesmo deve merecer e reuniram um conjunto de observações que passam a partilhar.

Constata que a presente Prestação de Contas de 2024, revela que partimos de um Orçamento inicial de 77,5 milhões de euros e terminamos com um Orçamento Final de 83,4 milhões de euros, mais um ano com uma discrepância de valores bastante elevada (um diferencial de 5,9 milhões de euros, entre o inicial e o final) e recorrente, que se justifica, maioritariamente, com as transferências do Orçamento de Estado, Fundos Comunitários e pela incorporação do saldo de gerência.

Verifica que o total da receita arrecadada em 2024 foi de 68,5 milhões de euros (o que corresponde a uma taxa execução de 94,7%) e corresponde também ao valor mais alto dos últimos 4 anos. Refere que o principal impulsionador destes números é, sem dúvida, a receita proveniente dos impostos diretos que continuam a ser a principal fonte de receita do município, contribuindo com 41% do total, seguindo-se as Transferências do Estado, com 35% do total.

Observa que é objetivamente visível que a autarquia tem conseguido arrecadar dinheiro ao longo dos anos.

Relativamente à análise ao nível da despesa paga, contata um total de 71,4 milhões de euros, que corresponde a uma taxa de execução de 85,7%, ou seja, mais um ano, em que não se explorou, até ao fim, a execução orçamentada, tendências que já se verificou no ano passado e no ano anterior.

Verifica que o principal impulsionador da despesa se centra nas GOP, com 57% do total, e nos Gastos com Pessoal, com 40% do total.

Relativamente aos Gastos com Pessoal, relembra que, no ano passado, analisaram um rácio que os preocupou particularmente, que analisa a *população do concelho de Palmela vs o número de trabalhadores do Município*. Realça que, em 2024, este rácio continua a manter-se muito abaixo do expectável para a região onde se encontram, nos 60,6. Destaca que este rácio tem tido uma tendência decrescente nos últimos 4 anos, pois em 2021, era de 72,7, o que quer dizer que, em 4 anos, diminuiu 12 pontos.

Realça também que, em termos absolutos, e na prática, a autarquia tem, neste momento, 1204 trabalhadores, apenas mais 3 que no ano 2023.

Transmite que a população tem vindo a aumentar exponencialmente no concelho, segundo os Censos, e considera que esse aumento não está a ter a mesma proporcionalidade em termos de resposta da autarquia, desproporcionalidade que vai incidir sobre quem precisa dos serviços, os munícipes.

Analisando as Grandes Opções de Plano e a sua concretização durante o ano 2024, menciona que a taxa de execução é idêntica à verificada em 2023 (na ordem dos 80%).

Contudo e sendo esta uma taxa média de execução, lembra que existem alguns níveis de execução muito abaixo do que era expectável e que, não estando ligados a projetos cofinanciados nem a obras (tendo em atenção, que não sendo da responsabilidade do Município, não podemos estar a imputar essa responsabilidade), gostaria que fossem explicados.

Nas Funções Gerais, questiona a Qualidade e Modernização – Formação e Informação, onde não foi executada nem 50% da verba orçamentada e os Projetos de Participação e Cidadania e Empoderamento de Comunidades, um pouco acima dos 50% do valor orçamentado.

Relativamente às Funções Sociais, refere que não encontram justificação para os 28% de execução na Educação para a Saúde, nos 39% de execução nos Programas e Projetos de Intervenção Social e nos 12% de execução na Cultura - Programas e Projetos Municipais.

Quanto às Funções Económicas, questiona a execução dos Transportes Rodoviários – Melhorar a Rede Viária Municipal e Rural, 61% e 53% respetivamente, e os 68% no Comércio e Turismo.

Considera que estes são alguns exemplos onde os orçamentos aprovados ficaram muito aquém do executado. Mais considera que a execução parcial de um orçamento tem de ser justificada, sob pena de poder indicar inércia dos serviços, e a mesma ser consubstanciada em fatores como, por exemplo, dificuldades administrativas, burocracia excessiva, falta de capacidade técnica ou, até mesmo, alocação eficiente dos recursos.

Refere que os serviços, onde este tipo de situações acontece, deveriam explicitar no documento o porquê da não execução, pois a descrição é redigida como se tivesse sido tudo executado, situação que, nestes casos, não corresponde à verdade. Menciona que a descrição acaba por ser, basicamente, a mesma, ano pós ano, não existindo mudanças.

Transmite que a questão principal prende-se em entender porque é que essa execução parcial ocorre e quais são as suas consequências para a população.

Realça que, ano após ano, o Partido Socialista identifica áreas com fraca execução orçamental e que, portanto, tendem a não ser tão proactivas como era expectável.

Considera ainda que, ano após ano, as explicações que são dadas não justificam, de forma convincente, a fraca execução orçamental, pois, mais do que argumentos superficiais, é essencial que haja uma análise profunda das causas reais e uma abordagem orientada para soluções.

Refere que os eleitos do Partido Socialista acreditam e defendem que a gestão pública deve ser proactiva, na identificação dos obstáculos e na implementação de estratégias eficazes, para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e em benefício da população.

Mais refere que, mais do que apontar setores específicos com baixa execução orçamental, é essencial analisar o problema de forma global, pois a questão central não está apenas em

identificar onde os recursos não foram plenamente utilizados, mas sim em entender as causas e, principalmente, desenvolver estratégias eficazes para melhorar a gestão.

Observa que a gestão da CDU tem enfrentado críticas, ao longo destes anos, por falta de inovação e por não atender plenamente às necessidades da população em áreas estratégicas, pelo que acredita que uma gestão liderada pelo Partido Socialista, com uma abordagem mais progressista e foco em políticas sociais, poderia ser mais eficiente e alinhada com as necessidades atuais da população.

Termina, referindo que, como os eleitos do Partido Socialista têm certeza que poderiam gerir a autarquia de forma mais eficaz, eficiente e mais próximo do que a população precisa, a posição relativamente a este documento será a abstenção.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** começa por afirmar que tal, como em anos anteriores, não irá mencionar coisas muito diferentes, porque o orçamento não é muito diferente daquilo que costumam ver. Considera que o ano 2024 é pior e que o desempenho da Câmara Municipal é o pior do último quadriénio. Refere que existem vários pontos que irá salientar e que coincidem com a análise que foi apresentada pela bancada do Partido Socialista.

Afirma novamente, tal como o faz todos os anos, a proposta de uma reunião só para a análise do documento em questão. Refere que tal não acontece e que, cada vez mais, parece que se torna pior, pois são 20 pontos na Ordem do Dia. Lembra que, se querem analisar 20 pontos e ser sérios com a população, afirmando que analisam com coerência e responsabilidade, é complicado, pois sente dificuldade em dizer que analisou 20 pontos com responsabilidade. Refere que se concentrou na prestação de contas, pois considera o ponto mais importante, pelo que fez a sua análise.

Transmite que existe muita coisa que coincide com o que já foi dito, como por exemplo o valor final do orçamento é de 83,5M€, superior ao inicial, como já vem sendo hábito. Destaca que, neste caso é menor que nos últimos anos, mas mesmo assim são mais 7%. Menciona que, mais uma vez, devido maioritariamente ao saldo de gerência que vai transitando de ano para ano. Considera que está pior, porque a diferença entre o orçamento final e inicial incidiu maioritariamente nas despesas correntes, como por exemplo as despesas de capital que terminaram com menos 2,7 milhões de euros, face ao orçamento inicial, enquanto as despesas correntes tiveram mais 8,5M milhões de euros, que o previsto inicialmente (+13,9%).

Na composição da receita, salienta ao contrário que o **Sr. Presidente** afirma, que o valor de IRS que a Câmara Municipal arrecadou foram mais 715.000€ que em 2023, o que indica que a taxa de devolução aos munícipes que o PSD todos os anos propõe e que o executivo camarário vai chumbando, poderia ser aplicável.

Constata que, em termos de despesa, em relação a 2023, são menos cerca de 4,3 milhões de euros nas despesas de capital, apesar do saldo ter incidido não nas despesas de capital.

Faz referência a uma afirmação do **Sr. Presidente**, que pode ler-se na introdução e cita: "Aquisição de Bens de Capital, que registou uma redução face a 2023 de 30,8%, em termos absolutos, (-4,7 milhões de euros), o que representa o valor mais baixo em termos absolutos no quadriénio (10,6 milhões de euros). Bens de capital são ativos utilizados por empresas para produzir bens de consumo ou serviços, enquanto as despesas correntes aumentam cerca de 1,5 milhões."

Salienta esta situação porque considera que o **Sr. Presidente** deu uma grande explicação, exaustiva e com todos os pormenores, mas que, por vezes, se torna cansativo e as pessoas nem ouvem tudo, ou seja, às vezes fala-se muito e não se diz muito.

Constata que a despesa paga tem uma taxa de execução de 85,7%, que é idêntica à verificada no ano de 2023, aquém dos valores desejáveis, principalmente nas taxas de execução das despesas de capital, que é de apenas 72,6%.

Referindo-se aos rácios, na página 33, Investimento/receitas totais, realça que o mesmo já era baixo em 2023 (23,3%), sendo agora, em 2024, de 15,4%, pelo que vai no seguimento do que mencionou atrás e os rácios vão comprovar.

Relativamente aos rácios de eficiência e produtividade, observa que o **Sr. Presidente** pode se ter baralhado, porque em 2023 era de 61%, pelo que a diminuição desse rácio não é melhor, mas sim pior, pois estão a falar do peso das Grandes Opções do Plano na despesa total, ou seja, se baixou para 57%, piorou.

Considera que, quanto à taxa de execução das GOP, que é de 80,95%, idêntica à verificada no ano de 2023, existem várias rubricas onde é difícil aceitarem taxas tão baixas, muitas delas que já foram mencionadas, pois existe muito por onde escolher em taxas básicas no que diz respeito à concretização das mesmas.

Apresenta como exemplo áreas importantes e vitais para a população do concelho, dando como exemplos as Funções Sociais, no que concerne à execução de 34,9% na educação - construção e ampliação do parque escolar, a saúde, com uma execução de 29,85%, com maior reflexo na requalificação, conservação, manutenção e funcionamento de unidades de saúde com 15,48% e na educação para a saúde com 28,57%. Aponta também os 28,57% de execução na segurança e ações sociais: programas e projetos de ação social, a Habitação e Urbanismo - recuperação do Centro Histórico de Palmela, que, em 2023, era de 40,9% e, em 2024, baixou para 36%, a Cultura, com 58,79% de execução (concretamente com programas e projetos municipais com 12,74%) e o Desporto, recreio e lazer - espaços de jogos e recreio, com apenas 18,57% de execução.

Sublinha também algumas execuções relativas às Funções Económicas, nomeadamente a Indústria e energia - promoção da eficiência energética, que, em 2023, teve 53,62% e, em 2024, subiu para 58,98% e melhorar a rede viária rural, que, em 2023, teve 49,66% e, em 2024, 53,57%. Considera que, quando estão num concelho em que as maiores dificuldades se verificam na rede viária rural, só se consegue executar cerca de metade da verba que lhe é atribuída no orçamento, carece de um melhor esclarecimento.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, considera preocupante a taxa de execução de 71,43%, principalmente nos projetos do Desporto, com 49,21%, e na Cultura, com 31,93%.

Termina, referindo que, uma vez mais, estamos perante uma prestação de contas e um desempenho do ano de 2024 que ainda consegue ser pior do que os últimos anos, pelo que a posição do PSD será de votar contra a prestação de contas.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** procede à leitura do documento que se transcreve:

«Porque estamos em fim de mandato este será o último grande documento a ser apreciado por este executivo, pois o próximo Plano de Acção já será executado e votado pelo executivo e assembleia municipal resultante do acto eleitoral das próximas eleições para os Órgãos Autárquicos.

Face a esta realidade irei fazer uma apreciação conjunta ao mandato e ao documento agora em análise.

Este executivo CDU, presidido por Álvaro Amaro, vai ficar na história recente de Palmela como aquele que obteve a menor votação eleitoral desde 1976, com 31,42%. E no domínio da abstenção também teve o maior valor de sempre, com 61,5% em 2013. Mantendo também um valor muito alto em 2021 com 57,3%.

O número de votos alcançados em 2021 (para a Câmara Municipal) pela CDU, foi de 7500 votos, enquanto os votos alcançados por todas as outras forças políticas totalizaram 14.000 votos.

Considerando estes números seria de esperar que o Presidente tivesse o bom senso democrático de, desde a primeira hora deste mandato criar ferramentas de trabalho e audição com os restantes vereadores do MCCP, PS e PSD.

Lembro que numa das primeiras reuniões de mandato quando expressei a minha vontade de reunir com o Presidente da Palmela Desporto e com a senhora vereadora do Pelouro, o Sr. Presidente, de imediato disse que todos os assuntos com os serviços, de qualquer vereador com pelouros, deveriam ser canalizados para o Gabinete da Presidência.

Resumindo, na prática o MCCP não tinha permissão nem para falar directamente com os serviços nem com os respectivos vereadores. Este tipo de actuação tem muitas semelhanças com o funcionamento de regimes autocráticos.

E na realidade, nestes 4 anos, as relações de trabalho do Presidente com o MCCP e penso que com a restante oposição, no essencial apenas se resumiram às reuniões públicas de câmara, mais 2 ou 3 reuniões por causa de processos disciplinares (face ao seu grau de confidencialidade), duas por causa do plano director (não para discutir estratégias, apenas calendários de reuniões), e uma ou duas por causa da estratégia local de habitação.

Considero que tudo isto espremido foi uma mão cheia de nada. Gestão participada com os eleitos da oposição na prática foi igual a zero.

Mas houve mais algumas reuniões, no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, Lei 24/98 de 26 de Maio. Cada uma não demorou mais de 30 minutos, onde muito rapidamente se dava uma visão dos números “financeiros” e onde foi sugerido que o MCCP apresentasse alguns projectos que gostasse de ver incluídos nas GOP (Grandes Opções do Plano). Assim propusemos que nas GOPs 2023/2027 fossem considerados 5 projectos, tendo posteriormente sido acordado que ficassem apenas 4, nomeadamente:

1. Requalificação da Avenida Alexandro Herculano desde o cruzamento com a Avenida Natália Correia até ao viaduto sobre o caminho de ferro.
2. Requalificação da EN379, no troço entre o cruzamento com a Avenida do Palmelense Futebol Clube e o Largo do Chafariz D. Maria I, com a respectiva modernização da estação dos transportes públicos colectivos.
3. Implementação de um plano de sensibilização e educação ambiental com uma duração mínima de 4 anos.
4. Criação de um Fundo de emergência social, em parceria de actuação com as instituições sociais do Concelho.

E ao longo destes anos nunca houve o bom senso de reunir com o MCCP para lhe explicar, tecnicamente, qual o verdadeiro ponto da situação destes 4 projectos acordados.

Considerando tudo o atrás escrito, o Estatuto do Direito de Oposição está a ser levado à prática, perdoem-me o plebeísmo, em modo “faz de conta”.

Voltando a um assunto da maior importância para o Concelho de Palmela, a revisão do Plano Director Municipal.

Ainda no início deste mandato, na sessão pública de Câmara que se realizou em 17/11/2021, o MCCP questionou qual o ponto da situação da revisão do PDM, e sugeriu que se fizesse uma reunião com a totalidade dos vereadores e dos membros da Assembleia Municipal, para que o

executivo municipal nos informasse de qual a visão estratégica do município para o novo PDM, documento da maior importância para um correcto desenvolvimento do Concelho.

No dia 11/10/2022, dez meses depois, foi-nos apresentado um PowerPoint com a relação das reuniões realizadas com as entidades e respectivos pareceres.

No passado dia 31 de Maio de 2024 foi-nos entregue uma Pen drive com a totalidade da documentação que constitui a proposta final da Câmara que irá a Consulta Pública.

E no dia 3 de Junho de 2024 realizou-se uma reunião privada do executivo municipal, onde dois técnicos (um da Câmara e outro da Equipa Consultora) nos fizeram uma muito resumida apresentação.

Resumindo, nos quatro anos nunca houve uma reunião onde, verdadeiramente se discutisse os objetivos e a visão de estratégica da Câmara no novo Plano Diretor Municipal. Diz 4 anos pois foi o que esteve no executivo municipal.

No âmbito da remodelação da rede de águas da Vila do Pinhal Novo, trabalhou-se nos equipamentos eléctricos dos furos de captação e na remodelação de nós e válvulas, mas na prometida substituição das condutas mais antigas, algumas ainda em fibrocimento, nada foi realizado.

Na vila de Palmela, nomeadamente no Centro Histórico considerando a elevada média de idades dos seus moradores, no capítulo da colocação de pavimentos suaves, nada foi feito.

Um factor determinante no capítulo do turismo é a imagem urbana dos espaços públicos, nomeadamente nas principais entradas viárias do Concelho. Neste capítulo também nada foi realizado.

E numa terra de música e músicos vamos chegar ao final deste mandato ainda sem o prometido monumento de agradecimento e homenagem aos homens e mulheres que através da música tanto fizeram e continuam a fazer na projecção do nome de Palmela a nível Nacional e Internacional.

A páginas 470 no capítulo de Adaptação Climática em Acção: Pinhal Novo Verde, no âmbito deste projecto e numa candidatura aprovada pelo Programa Compete 2020, no objectivo específico, "Apoio à transição climática" – Criação de Ilhas de Sombra, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos: Um Plano de Comunicação do Projecto e a instalação de 10 caixas ninho para casais de chapim-real (predadores da lagarta do Pinheiro). Em 2024 só isto?

No capítulo das alterações climáticas muito mais poderia ter sido realizado, não só na plantação de mais espécies arbóreas, mas também na concepção de um espaço verde urbano compatível com as previsíveis necessidades da Vila do Pinhal Novo em 2050.

Recentemente na comunicação social, foi partilhado que a Europa foi dos continentes que mais aqueceu nos últimos anos, nomeadamente no último ano, em relação aos outros continentes.

A finalizar dou um voto de agradecimento e louvor aos trabalhadores do Município e das Juntas de Freguesia que deram o melhor de si para as actividades expressas neste documento. E um voto de agradecimento pela coragem e força que tiveram para contribuírem para as 400 páginas do documento.

Assim, por tudo o que atrás foi escrito e dito iremos votar contra a Prestação de Contas de 2024.»

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** afirma que a Prestação de Contas evidencia bons níveis de execução da receita e de execução da despesa e evidência algo não menos importante, que é o facto do Município apresentar saúde financeira. Crê que esse é sempre um aspeto muito importante de relevar.

Por outro lado, sublinha, que atravessam, no país, na Europa e no Mundo, tempos muitos conturbados e, por isso mesmo, acredita que é muito importante oferecer às pessoas confiança, esperança e futuro, pelo que é indispensável apresentar trabalho e ouvir as pessoas. Contraria a referência que foi efetuada relativamente ao facto da população desconhecer a atividade autárquica e apresenta como exemplos um conjunto de espaços de participação que têm sido desenvolvidos, evidência que se regista ao longo dos anos, com uma evolução da participação dos cidadãos na vida da autarquia, que tem sido muito clara através de vários projetos dirigidos às escolas, mas também à população em geral. Dá ainda como exemplos os espaços setoriais de envolvimento, participação e auscultação de vários setores de atividade, sejam nas áreas da cultura ou do turismo, entre outras.

Considera importante a existência de um espírito positivo nas discussões e que é necessário falar do que importa melhorar e evoluir, mas também que não existam discursos catastróficos. Observa que os discursos de negativismo, pessimismo, descrença e da crítica pela crítica, são discursos de quem não tem soluções, ideias ou um projeto de desenvolvimento para o concelho, pois só se limitam a afirmar que “está tudo mal”.

Refere que não está se dirigindo todos os Srs. Vereadores e realça que não está tudo mal, facto que é apresentado no documento, que é a prova de que, durante o ano de 2024, o Município teve uma intervenção muito meritória. Considera que parte do discurso dos Srs. Vereadores cria nos cidadãos algum desencanto e alguma desilusão, desistência e conformismo, situação que provoca elevadas taxas de abstenção que se verificam em vários atos eleitorais. Verifica o afastamento das pessoas dos processos participativos e da própria atividade política e cívica, pelo que considera ser o pior que se pode fazer pela credibilidade da atividade política, pois todos têm a responsabilidade de dignificar e credibilizar uma atividade nobre como é o exercício da atividade da política e da representação que os cidadãos lhes conferiram.

Reforça que é importante apontar o que pode ser melhorado, pelo que necessita de aclarar algumas referências que foram efetuadas. Menciona que, na análise de um documento como o da Prestação de Contas, é necessário que exista um exercício de honestidade intelectual, rigor e exatidão, ao contrário da mistificação circunstancial que é boa para fazer títulos de jornais, mas insuficiente para um debate de ideias positivo, que aponte caminhos de evolução, de trabalho, de autarquia, de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Relativamente às questões que foram apontadas, e no que diz respeito à taxa de execução do Comércio e Turismo, elucida que não houve nenhuma inércia nos serviços, pois houve visão estratégica, capacidade de concretização, de inovação, investimento e evolução do trabalho que tem vindo a ser efetuado. Esclarece que existiu uma menor execução porque apostam fortemente num conjunto alargado de parcerias, que permitiu fazer mais com menor investimento. Deixa como exemplos o Palmela Wine Jazz, o 1º Concurso Nacional de Vinhos da Casta Castelhão, entre outros eventos, que foram financiados, em boa parte, por mecenas, que aliviou o orçamento municipal. Esclarece também que existiram um conjunto de verbas que estavam previstas e que foram utilizadas ao abrigo da Operação Integrada Local Poceirão/Marateca, como algumas ações, folhetos e merchandising, que foram gastas através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e não pelo orçamento municipal.

Relativamente à Formação, salienta que a Câmara Municipal tem tido uma aposta muito significativa e, tal como foi dito pelo **Sr. Presidente**, relembra que têm tido, nos últimos anos e no último ano em particular, mais horas de formação, mais ações de formação e mais presenças. Explica que tiveram mais formação com menos encargos, porque várias ações de formação foram realizadas ao abrigo de novas parcerias, nomeadamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a Área Metropolitana de Lisboa, *webinars* e formação à distância gratuita, pelo que conseguiram, também nesta área, fazer muito mais com menos despesa. Salienta que, por isso, não houve diminuição da taxa de execução, mas sim um aumento da taxa de eficiência, pois fizeram mais com menos dinheiro. Refere ainda que houve um conjunto de faturas na área de Formação que transitaram para o ano de 2025, o que contribui igualmente para uma execução diferente daquela que estava perspetivada.

Relativamente à Modernização e Qualidade afirma que o objetivo não é apenas executar, mas sim executar bem e poupando, se possível. Dá nota que conseguiram uma poupança muito significativa no concurso público da aquisição de hardware e que, também nessa área, existiram um conjunto de despesas que transitaram para 2025.

Termina, referindo que são fatos concretos, não são mistificações, e sublinha a preocupação em fazer mais, concretizar e inovar, mas tendo sempre presente a premissa da poupança nos recursos que são limitados.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** relativamente às questões colocadas pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, nomeadamente no que diz respeito à questão do Centro Histórico e dos 36,8% de taxa de execução, esclarece que se trata da execução financeira, pois fisicamente a obra está concluída, tendo transitado financeiramente. Lembra que foi concluída a obra de recuperação e reabilitação do Salão Nobre dos Paços do Concelho e que ficaram dois autos por pagar. Informa que, para além do que é a revisão de preços, tiveram que aguardar pela Portaria que identifica os índices, pelo que transitou financeiramente. Refere que, também como é do conhecimento, foi rescindido o contrato de empreitada que tinham para o Posto da GNR de Palmela, pelo que, não tendo sido concluída a obra, a mesma não foi paga na totalidade. Esclarece que estas são as verbas “mais grossas” da não execução ao nível do que é execução em obra no âmbito da reabilitação no Centro Histórico.

Realça que a política, a gestão e a estratégia que o Município tem feito para o território da vila de Palmela tem dado fruto. Refere que, com uma equipa técnica capaz, têm diminuído os prédios devolutos, têm aumentado o número de prédios reabilitados e, por isso, a diminuição de prédios que são abrangidos pelo Regime Jurídico da Reabilitação, porque, há medida que são reabilitados, deixam de ser passíveis de solução ao Regime Jurídico. Dá nota que aumentaram em 88 prédios, relativamente ao ano anterior, que estão arrendados, ou seja, do universo de 378 prédios arrendados, há cada vez mais ocupação do edificado do Centro Histórico. Considera que, com 88 novos arrendamentos, reflete o que tem sido a política da gestão, quer através do programa de financiamento FIMOC (Financiamento Municipal de Obras de Conservação), a obras de conservação, quer na diminuição, redução e isenção de taxas urbanísticas, pelo que é aqui que têm que pautar e centrar a apreciação.

Relativamente à questão colocada sobre a rede de águas pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, deixa a sua opinião e aquilo que tem seguido pela opinião técnica habilitada dos dirigentes e técnicos. Refere que a priorização do investimento não tem necessariamente que se prender com a antiguidade das condutas, dando como exemplo a conduta da Rua Miguel Cândido, que era mais recente, tendo sido dada prioridade do investimento porque era em fibrocimento (sem qualquer risco para a saúde, essa é de inalação não de ingestão). Dá nota que a prioridade de intervenção na canalização depende dos conselhos/pareceres que a equipa técnica e dirigentes apresentam, com as quais concordam reconhecendo mérito nas mesmas. Dá exemplos de condutas que foram executadas no mandato com a Rua Gago Coutinho e a Rua Padre Estevens Dias, em Pinhal Novo; a Rua dos Ferroviários, na Palhota; o Aceiro do Anselmo, na Rua do Montinhoso, a Rua Miguel Cândido e a Rua José Maria dos Santos.

Quanto à componente ambiental, considera que as preocupações não podem só cifrar-se naquilo que são as necessidades de plantação. No que respeita ao projeto Pinhal Novo Verde, esclarece que evocaram esse descritivo no texto porque foi a execução na segunda fase do ano transato e salienta que, na primeira fase, foram plantadas mais 500 espécies autóctones. Informa que, também em terreno contíguo e na mesma altura, plantaram sobreiros no Mercado

Mensal no Pinhal Novo. Relativamente às preocupações das ilhas sombra, dá nota que não tem reflexo financeiro nas GOP e considera que a preocupação não deve ser só através da leitura dos números, pois a atividade municipal e a preocupação municipal com o ambiente vão muito para além do que são as verbas inscritas em GOP.

Termina acrescentando que, para as plantações, contribuiu muito a Divisão de Serviços Urbanos com a substituição nas próprias caldeiras, nos arranjos paisagísticos e em novos espaços públicos, com a preocupação ambiental com espécies autóctones que são mais resilientes e importantes no combate às alterações climáticas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e esclarece que em perímetros urbanos têm identificadas 11 mil árvores, de 133 espécies. Refere que é um trabalho que não está concluído, que é feito todos os dias. Informa que, saindo da zona específica do Pinhal Novo e para dar uma nota mais global do que existe no concelho e que é algo que está publicitado nos meios digitais da Câmara Municipal, através da aplicação do *Google Maps*, os munícipes conseguem ver a sua rua, todas as espécies que lá estão, fotos e, brevemente, todos os trabalhos que serão feitos inseridos em tempo real. Transmite que se trata de um convite à participação, no que diz respeito às árvores e à sua importância em relação ao combate às alterações climáticas e ao futuro que se avizinha.

O **Sr. Presidente** começa por salientar que ouviu atentamente os considerandos, opiniões, análises e apreciações.

Assume que não esperava outra coisa, quer da forma de estar, da personalidade, da visão que cada um tem do território e das motivações que foram trazidas no espaço legítimo de democracia e de cidadania, pois são eleitos representantes das pessoas com a função de discutir, propor objetivamente, fundamentar, não apenas de fiscalizar, como que nem sempre fazem bem, porque, para tal, é necessário conhecer muita coisa, nomeadamente a ação do executivo municipal.

Refere que, cada um, teve oportunidade, ao longo dos quatro anos, de dar os seus contributos, pelo que prestará contas aos seus eleitores, para se perceber se valeu a pena alguém ter entregue o voto.

Naquilo que diz respeito às funções que desempenha, na governação autárquica, transmite que têm procurado ter a participação de todos, ouvindo, debatendo, discutindo, priorizando e fazendo do território do concelho de Palmela um território melhor, com mais índices de desenvolvimento, cujos estudos e indicadores serão oportunamente apresentados. Gostava de apresentar, mas tolhidos por uma questão pré-eleitoral antecipada, têm recomendações da CNE (Comissão Nacional de Eleições) para não o fazerem. Refere que terão oportunidade de ler a

história, avaliar o investimento efetivo e os efeitos do mesmo e avaliar a perceção da população. Lembra que a governação foi feita para todas as pessoas, inclusivamente e muitas vezes para quem combate a mesma governação, pois trabalham e ouvem todas as pessoas, independentemente da sua opinião. Sobre essa matéria e esse escrutínio, refere que cada um tem a sua opinião. Manifesta que gostaria muito de ter oportunidade, até porque vão ter projetos estratégicos que vão ter inauguração e concretização, pois aquilo que o executivo fez no presente mandato não termina com ele. Transmite que os eleitos, no próximo mandato, terão de dar continuidade e concretizar esses projetos, sendo esse um mérito de quem candidatou, projetou, trabalhou e perspetivou. Salienta que o plano de ação não foi para 2025, no último ano de mandato, e lembra que começaram a trabalhar em 2021 até ao final do ciclo de financiamentos que se avizinha, esperando que, a partir de 2027 exista um novo ciclo. Por esse motivo, explica que existem obras e projetos estratégicos que têm que estar em plano, com rubricas abertas, com nomes e que não existirá tempo para a sua concretização, situação que contribui para a percentagem de execução. Considera que alguém terá de o fazer, espera que o faça bem e, se possível, melhor. Realça que este é o trabalho da presente equipa, que fez as suas opções e que pôs todas as equipas municipais a trabalharem para esse projeto de desenvolvimento sustentável.

Refere que deixará outras respostas mais contundentes para outra oportunidade porque “quem não deve não teme” e recorda que não as precisou de trazer para o “combate político”, nem em época pré-eleitoral, nem durante o funcionamento das reuniões. Considera que haverão de comparar e colocar os indicadores, os valores, a quantidade e a qualidade, os efeitos e também as formas diferentes de atuar, para ver se, efetivamente, houve ou não trabalho bem feito e a contento da população, inclusive daquela que não se reviu na atual equipa municipal e que não foi votante da maioria relativa que têm.

Dirigindo-se à **Sra. Vereadora Mara Ribeiro**, assume que a reunião tem muitos pontos, e volta a explicar que o calendário não é o melhor, sendo neste mês que tem de ser feito. Refere que os serviços, têm, também, prazos para fazer outras coisas e que foi muito difícil fazer um documento desta qualidade. Desafia os eleitos a trazerem um documento dessa natureza, de qualquer outro Município, para se comparar. Sabe que afirmam que é muito bom, ficando bem o elogio aos trabalhadores, porque fazem tudo muito bem. Esclarece que, para ser feito a tempo e horas, esta e outras propostas, os trabalhadores tiveram que se desmultiplicar em formações do SIADAP, em contratualização de objetivos e uma série de outras tarefas que, obviamente, fazem parte da lógica da administração, que tem de ser feita com prazos. Assume que existiu um esforço muito grande para se chegar ao ponto da qualidade do documento e do *timing* das propostas.

Salienta que os primeiros três pontos foram votados e aprovados em 4 minutos e, por isso, espera que os próximos também sejam fáceis de aprovar. Também considera que este é o documento que merece mais detalhe, reflexão e debate. Observa que o documento merecia

mais honestidade intelectual no tratamento e na interpretação dos números e do relatório de atividades. Sabe que cada um lê os números como lhe dá mais jeito. Para que não se iludam as pessoas, afirma que se orgulha muito da capacidade de execução do Município e de toda a estrutura municipal, porque as taxas de execução que têm tido são das melhores na Área Metropolitana de Lisboa. Assume que vão comparar também com outros mandatos, não sendo, para já, o momento para o fazer.

Recorda que tem convidado os Srs. Vereadores a consultarem os municípios que são governados pelas suas forças políticas e compararem os resultados (têm estado sempre no pódio). Não sabe em que lugar vão ficar em 2025, e menciona que não se trata propriamente uma competição, apesar dos níveis de execução serem, de facto, muito bons.

Por este motivo não compreende como, ao fim de tantos anos, é que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** acha que, se o saldo de gerência de 2023 foi de 10 milhões de euros, existe o problema da diferença e a estranheza de existir um diferencial de 5 milhões de euros, entre o orçamento inicial e o orçamento final. Refere que se trata de uma prática e que é de lei e do funcionamento das instituições. Assume que gostaria de ter tido mais orçamento para colocar e a oportunidade de receber muitas das receitas que eram devidas, nomeadamente as transferências de organismos públicos, porque chegaram ao final do ano com cerca de 4,5 milhões de verbas por receber, as quais, se tivessem entrado, tinham pago mais e, consequentemente, mais execução.

Transmite que o documento pode ser lido como entenderem, mas pede que vejam o relatório de atividades e procurem perceber o que é que cada uma dessas rubricas, que tem esses nomes, porque é da norma do INCP (Instituto Nacional de Contratação Pública), da contabilidade das autarquias. Dá como exemplo, na área do turismo, a obra do Parque Mário Bento, que só vai ser lançada em 2025 (basta uma obra dessas passar de um ano para o outro para afetar a execução de 2024).

Esclarece igualmente que, no Município de Palmela, não utilizam técnicas artificiais para “limpar” o orçamento. Relembra que já explicou em anos anteriores, que têm de ter as rubricas dotadas, como por exemplo: Parque José Maria do Santos, em Pinhal Novo, com 1 milhão de euros; Saneamento da Quinta das Asseadas, que foi lançado na semana, com 500 mil euros. Dá nota que podiam ter feito mais uma revisão a fechar o ano para “rapar” uma série de rubricas, colocando tudo para o ano seguinte, que traria uma maior taxa de execução, mas depois não podiam lançar os concursos como fizeram.

Salienta que os documentos são claros e transparentes, que existem regras, *timings* para aprovações, para candidaturas e explica que não podem lançar concursos sem terem a verba toda, sabendo que, se o concurso é feito no último semestre do ano ou no último trimestre do ano, não o vão poder executar e a verba tem de transitar para o ano seguinte.

Convida os(as) Srs.(as) Vereadores(as) a não se esquecerem dessas questões, porque quem almeja ter responsabilidades na gestão direta desses processos na autarquia, tem de saber que as coisas funcionam assim.

Lembra que ouviram o Sr. Primeiro-Ministro assumir os problemas e a inércia da execução que existem nos processos, e outros autarcas, de todas as forças políticas, preocupados com as questões de aprovações dos processos e dos financiamentos por causa da execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Sabe que dá jeito, politicamente, procurar atingir a gestão da CDU e, em particular, o seu Presidente, para dizer que não se faz nada. Solicita que se questione as pessoas a quem fizeram as obras, muitas delas que apareceram publicamente em várias reuniões de Câmara Municipal, que estiveram para criticar, mas estão também para agradecer o compromisso.

Transmite que, se existissem questões concretas, como por exemplo o porquê de uma obra não estar realizada, teria todo o gosto em responder. De outra forma, com o tipo de intervenções que existiram, lamenta, mas considera que não vale a pena.

Relativamente às questões de pessoal, questiona se existe alguma dúvida sobre o trabalho que o Município tem feito para dotar a organização do pessoal técnico, operacional e administrativo que necessita para os desafios enormes que enfrenta, nomeadamente o volume de projetos que, em tempo algum, existiram e na resolução de obras e projetos estratégicos para o concelho que vêm de há muitos mandatos atrás. Realça que a Divisão de Recursos Humanos nunca fez tantos procedimentos concursais e que não está fácil recrutar. Lembra a organização que cresceu a partir dos anos 80, à medida que as autarquias foram tendo mais competências, tendo aproveitado muitos técnicos que lhe deram vida, alguns dos quais já se aposentaram. Reforça que não está fácil e dá como exemplo as afirmações do Governo quando não consegue contratar médicos, situação que, possivelmente, até era, pois se é fácil contratar médicos à hora a empresas de trabalho temporário para colmatar a falta que se verifica, onde recebem três vezes o salário do médico que entra na carreira, bastava inverter os valores e a remuneração.

Faz menção a um conjunto de projetos, nas áreas da saúde, do saneamento e do social, que não foram executados, e esclarece que estão incluídos nas obras da OIL (Operação Integrada Local). Informa que na parte do social, as obras que estão em concurso vão ser executadas em 2025, pois não conseguiram mais cedo aprovar os projetos, fazer os orçamentos e colocar tudo na rua.

Esclarece que, na área da saúde, executaram pouco e lembra a transferência de competências sobre chantagem. Dá nota que passaram os assistentes operacionais, transferiram o dinheiro para pagar os mesmos e que, um ano e meio depois, ainda não publicaram em Diário da República a lista de pessoal que foi transferido para a autarquia, pelo que quem está a pagar é a Unidade Local de Saúde, mas quem tem o dinheiro é a Câmara Municipal, que vai ter que o

devolver, sendo este um exemplo de desvio. Menciona que não se trata de obras dos centros de saúde, porque o dinheiro transferido não foi suficiente, nem sequer para a empreitada da Unidade de Saúde de Zeca Afonso.

Reforça que cada questão dessa natureza tem as suas explicações, e assume que haverá uma ou outra por falha da estratégia municipal ou dos serviços não conseguirem dar mais. Sabe com quem trabalha e o esforço que todos fazem até à exaustão, que foram ao limite e têm feito tudo para honrar os compromissos que assumiram com a população.

Gostava que a par da leitura superficial dos números, para fazer inferências de que se executou muito pouco, fosse efetuado o descritivo da atividade, pois o mesmo também explica o porquê de não se ter feito determinada obra ou qual o seu ponto de situação.

Fazendo menção às palavras da **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, quando afirmou que uma coisa é a execução física da obra e outra é a execução financeira, lembra que existem obras que estão materializadas no ano de 2024, mas em março de 2025 ainda estão a pagar autos dessa obra. Esclarece que os números que estão a debater são de execução financeira que, tanto quanto possível, correspondem ao que foi efetivamente pago, sendo que aquilo que foi, ou não, feito está devidamente explicado.

Apresenta como exemplo outra obra, que têm a prova da dificuldade existente para adjudicar e que tem impactos na execução do turismo e na execução do centro histórico: Edifício Palmela Conquista. Informa que fizeram, por duas vezes, projetos, sondagens, estudos, reformulações e lançaram um procedimento, na ordem dos 600 mil euros, que ficou deserto. Continua a informar que procuraram analisar e que não se faz por menos de 800 mil euros, pelo que vão lançar, dentro de pouco tempo, por 1 milhão de euros. Recorda que foi um projeto candidatado à ITI da AML (Investimento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa), para conseguir um apoio 40%, pelo que não executaram os 600 mil euros do empréstimo, porque só pode ser utilizado para esse efeito.

Reforça que os níveis de execução dizem respeito ao que foi possível pagar, mas que correspondem a muitas obras que estão no Relatório de Atividades. Dá como exemplo o turismo, a atividade económica, a promoção do território e o desenvolvimento económico, onde o trabalho é muito superior ao que foi executado financeiramente, não só pelas razões referidas pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha**, mas também por uma questão de datas. Realça que foi tudo feito, ainda mais do que estava no objetivo de mandato.

Refere que são de facto duas ou três obras que fazem a diferença.

Sobre o tipo de reuniões, concertação, conversa, preparação, volta a referir o que assistem em outras autarquias, pois vale a pena comparar, porque é assustadora a forma como é sonegada a informação a quem está na oposição, excluindo a oposição de todos os atos, até dos que institucionalmente têm de estar presentes. Refere que não recebem lições de democracia e de

comunicações interna e, dirigindo-se para o **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, salienta que a metodologia de qualquer questão ser dirigida ao GAP (Gabinete de Apoio à Presidência) é a correta, porque é o gabinete que distribui pelos Srs. Vereadores. Considera que o **Sr. Vereador Carlos de Sousa** é livre de falar com quem quer e sabe que o mesmo fala com muitos vereadores, mas constata que fala pouco com presidente.

Neste momento o Sr. Vereador Carlos de Sousa intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** compreende e responde que falarão no futuro.

Considera que a oposição tem de fazer o seu “papel”, de alegar que faziam mais e melhor, pois tem esse direito. Refere que o problema é a perceção das pessoas sobre a falta de trabalho, de empenho, de visão estratégica e de desenvolvimento sustentável para o concelho. Observa que têm feito o que é estratégico para o concelho e fundamental para resolver problemas à porta das populações, que muitos não resolveram durante muitos anos, perspetivando planos estratégicos para o futuro, sendo essa a marca e a história que será escrita. Mais observa que não haverão visões revisionistas da história, porque os números e os documentos são indesmentíveis.

Realça que chegam ao final de 2024 com muito orgulho no que foi possível fazer e nas opções que tomadas para se poder continuar a trabalhar no progresso e futuro para a população, recuperando atrasos, fazendo obras, preparando para o século XXI, na área ambiental, no combate às alterações climáticas, às zonas ameaçadas por cheias e no ordenamento do território.

Sabe que as pessoas terão oportunidade de avaliar e espera que sejam bem informadas e não enganadas por discursos demagógicos.

Volta a frisar que, quanto à execução, são dos municípios que tem os melhores níveis, apelando para a análise dos gráficos para que constatem a evolução.

Compreende as críticas e a visão da oposição, a quem atribuíram pelouros a um vereador, do qual está muito satisfeito, porque as responsabilidades que foram atribuídas e que delegou ao **Sr. Vereador Pedro Taleço**, são bem executadas. Dá nota que a execução se faz com comunicação, trabalho, lealdade e frontalidade quando existem discordâncias, as quais têm conseguido resolver. É isso que espera dos membros de um executivo municipal.

Por isso defende publicamente as áreas do **Sr. Vereador Pedro Taleço** quando assim tem de ser, mas compreende a abstenção do mesmo. Refere que o Sr. Vereador sabe as dificuldades que teve para implementar alguns projetos, os *timings* de execução, de concursos feitos que

não puderam ir para o “terreno”, as questões orçamentais na mudança de ano, entre outras situações.

Alude que, quem tem a “mão na massa”, tem uma visão diferente da forma como se trabalha, e que, quem está de fora, tem de fazer o seu papel.

Lembra que se submete sempre ao escrutínio da população e, apesar de estar em final de mandato, sempre teve uma vida antes dedicada à cidadania, à intervenção social, ao associativismo e à política para o desenvolvimento social das populações da comunidade, entre outras.

Transmite que tem uma vida durante, tem várias vidas duplas e triplas, porque o dia, para o próprio, não tem apenas 24 horas, situação que gosta porque é assim que se mantém vivo e com esse espírito, e que tem uma vida depois. Considera que esta passagem foi bem cumprida e, até ao último dia, vão ter que “o aguentar” e ver a concretização de alguns projetos que gostavam possivelmente que não se concretizassem.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com a abstenção do PS e os votos contra do MCCP e PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Obras, Logística e Manutenção

Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 21 fogos na Rua Hermenegildo Capelo em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar

PROPOSTA N.º DOLM_DEPOP 01_08-25:

«Por deliberação de Câmara de 06/03/2025, foi aberto concurso público para a empreitada “Estratégia Local de Habitação: construção de 21 fogos na Rua Hermenegildo Capelo em Águas de Moura (em terreno adquirido)”.

Terminado o período para o efeito, não foram apresentadas propostas, pelo que existe causa de não adjudicação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º, conjugada com o n.º 1 do artigo 80.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, propõe-se que a Câmara Municipal aprove:

- A revogação da decisão de contratar, conforme disposto no artigo 80.º, n.º 1, do já referido Código dos Contratos Públicos;

- O estorno do cabimento de 3.186.000,00 € (três milhões cento e oitenta e seis mil euros) feito para este efeito, com o código do plano 2.4.1.01.019 (ação 2024 I 64) e rubrica orçamental 06.05/07.01.02.01.»

PONTO 6 – Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 7 fogos na Rua Alberto Valente, Lote 82 em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar

PROPOSTA N.º DOLM_DEPOP 02_08-25:

«Por deliberação de Câmara de 06/03/2025, foi aberto concurso público para a empreitada “Estratégia Local de Habitação: construção de 7 fogos na Rua Alberto Valente, Lote 82 em Águas de Moura (lote adquirido)”.

Terminado o período para o efeito, não foram apresentadas propostas, pelo que existe causa de não adjudicação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º, conjugada com o n.º 1 do artigo 80.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, propõe-se que a Câmara Municipal aprove:

- A revogação da decisão de contratar, conforme disposto no artigo 80.º, n.º 1, do já referido Código dos Contratos Públicos;
- O estorno do cabimento de 1.344.000,00 € (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil euros) feito para este efeito, com o código do plano 2.4.1.01.020 (ação 2024 I 65) e rubrica orçamental 06.05/07.01.02.01.»

Sobre as propostas Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 21 fogos na Rua Hermenegildo Capelo em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar, numerada DOLM_DEPOP 01_08-25, e Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 7 fogos na Rua Alberto Valente, Lote 82 em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar, numerada DOLM_DEPOP 02_08-25 intervêm:

O **Sr. Presidente** menciona se tratam de exemplos que contribuem para a não execução, pois, pela segunda vez, estamos perante procedimentos desertos. Sublinha que aprovaram, por unanimidade, um reforço para as duas obras na ordem dos 500 mil euros na alteração permutativa. Lembra que é do tempo em que tinham situações desta natureza, de optar por fazer ajustes diretos, tendo a oposição preocupada porque tinham que recorrer a ajustes diretos. Lembra também que, na altura, eram criticados por fazer ajustes diretos e que agora

são criticados por não executarem. Espera que nos contatos que estão a fazer que venham a existir empresas que aceitem um ajuste direto, porque a lei permite, para estas duas obras, que são estratégicas para a concretização da Estratégia Local de Habitação. Dá nota que, se não avançarem, perderão a percentagem de co-financiamento por parte do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Revela que as preocupações são grandes por parte de todas as autarquias (não interessando a cor política), tendo sido poucas as que levaram a questão da prorrogação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) ao Parlamento Europeu. Tem a honra de referir que foi a força política a que pertence que tenha tido a iniciativa de provocar essa discussão no Parlamento Europeu. Informa que parecem haver alguns resultados, pelo que vão aguardar. Considera que, se não existir um prolongamento para a aplicação dos fundos, vai muita coisa ficar pelo caminho, pois os municípios não terão capacidade para se endividar para concretizar obras que, eventualmente, estejam em concurso e adjudicadas.

Dá nota que estão a fazer, na área da habitação, o trabalho da constituição, que identifica quem andou a brincar com as políticas de habitação e de arrendamento a custo acessíveis, ao longo de 40 anos, e quem criou um organismo que não correspondeu às necessidades da habitação pública, tendo, agora, os municípios ficado com este assunto nas mãos. Destaca que os municípios foram generosos e pró-ativos, tendo apresentado candidaturas para 40 mil fogos quando só existe verba para 6 mil. Manifesta preocupação pois nem metade vão conseguir fazer por causa do estado das questões da contratação, das empresas e dos preços.

Termina, referindo que não eram estas as propostas que gostavam de trazer, mas sim de adjudicação, mas como os concursos ficaram, pela segunda vez, desertos, vão ter que submeter à votação a decisão de revogação de contratar, para depois decidir o tipo de procedimento que irão efetuar.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona se o facto de não existirem candidatos nos dois concursos está relacionado com o facto do preço base ser abaixo ou existir muitos concursos no país e as empresas serem poucas.

O **Sr. Presidente** responde que os preços estão baixos e que as empresas não vão pegar numa coisa que lhes dá pouca mais valia, e optam por escolher, fenómeno que também se está a verificar rede viária. Refere que na região existem uma série de empresas que trabalham na área, algumas até do concelho de Palmela, mas há muita obra e muita oferta. Esclarece que preparam os cadernos de encargos, com preços de referência, apresentados pelos projetistas, pelas equipas técnicas e, passado um mês, está tudo às "avessas", pois é o aço, a mão-de-obra, o cimento, oscilação de preços e os combustíveis que estão constantemente a alterar. Dá nota que existe um problema de capacidade de resposta no país para tanta obra.

Após a apresentação e intervenções sobre as propostas, foram as mesmas submetidas a votação:

Submetida a proposta Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 21 fogos na Rua Hermenegildo Capelo em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar, numerada DOLM_DEPOP 01_08-25 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a proposta Empreitada de “Estratégia Local de Habitação: construção de 7 fogos na Rua Alberto Valente, Lote 82 em Águas de Moura (em terreno adquirido)” – revogação da decisão de contratar, numerada DOLM_DEPOP 02_08-25 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais Municipais

PROPOSTA N.º DAFRH 01_08-25:

«Nos termos do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, atualizado pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, os Municípios podem conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos seus impostos e outros tributos próprios, através de regulamento específico aprovado pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, identificando os critérios e condições para a sua concessão.

Os benefícios integrantes do regulamento proposto têm em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local e regional, e pretendem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, para uma inclusão social promovida pela atenuação de desigualdades sentidas sobretudo no setor habitacional, bem como, propiciar o desenvolvimento da economia local, concorrendo para uma melhor e mais eficaz prossecução do interesse público.

Assim, para além de integrar todos os benefícios já concedidos pelo município, ao abrigo de deliberações anuais submetidas a decisão dos órgãos municipais, no âmbito da Lei das Finanças Locais e do Código do Imposto sobre Imóveis, a proposta de regulamento incorpora outros, decorrentes de legislação recente, cuja eficácia está dependente da prévia existência de um regulamento municipal.

Como contributo efetivo de apoio às micro e pequenas empresas instaladas no concelho, consideradas indispensáveis para a fixação de emprego e desenvolvimento da economia local, é

proposto um alargamento do limite do volume de negócios anual de 150.000 para 200.000 euros, para a isenção de Derrama.

Face ao exposto e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado no n.º 1 do art.º 25 e alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), nas redações atualmente em vigor, e não tendo decorrido da publicitação do início do procedimento, desencadeado através do Edital nº 134/DAFRH-DAAG/2024 de 15 de novembro, em cumprimento do disposto no art.º 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos termos da deliberação tomada em reunião de Câmara de 13 de novembro de 2024, a constituição de quaisquer interessados, propõe-se:

1. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto do Regulamento de Atribuição de Isenções e Benefícios Fiscais (no âmbito de Impostos e outros tributos próprios) do Município de Palmela, conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;
2. Submeter a proposta a consulta pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do novo CPA, na redação em vigor;
3. Submeter a proposta, após consulta pública, à Assembleia Municipal de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do RJAL;

Mais se propõe que caso da consulta pública não resultem alterações ao presente projeto, se considere o mesmo aprovado pela Câmara e, assim, apto à submissão a deliberação pela Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais Municipais – Aprovação, numerada DOLM_DAFRH 02_08-25 intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** complementa a proposta informando que se trata do primeiro regulamento municipal ao nível de isenções e benefícios fiscais no âmbito de impostos e outros tributos próprios. Refere que estiveram a analisar diversos modelos e entenderam que, numa primeira fase, devem adotar um modelo mais simplificado que permita assegurar, por um lado, a cobertura de todos os direitos previstos legalmente ao nível do IMI, como benefício direto, sobretudo para as famílias e, por outro, dar um sinal claro de apoio às micro e pequenas empresas ao nível da derrama. Realça que, com esta opção, o Município reconhece a importância das micro e pequenas empresas na sustentabilidade das famílias e do tecido económico local.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** sugere que no assunto, nesta e na proposta seguinte, que vem na ordem de trabalhos se retire a palavra aprovação, pois, se vem à reunião do executivo, é para ser votada.

O **Sr. Presidente** agradece e aceita a proposta, que procurarão corrigir.

Dá nota que, se não existirem contributos durante a discussão pública, está automaticamente aprovada para ir à Assembleia Municipal, sendo evidente que, se houver e as alterações forem acolhidas, trarão de novo a reunião de Câmara Municipal, sendo, por isso, que a aprovação está dessa forma.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM)

PROPOSTA N.º DAFRH 02_08-25:

«As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico à atuação dos particulares, quando tal seja, nos termos da lei, sua atribuição.

As alterações ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) podem decorrer da introdução de matérias inovadoras, da experiência entretanto adquirida em consequência da aplicação sistemática e avaliação constante pelos serviços municipais, bem como, da dinâmica própria dum regulamento e tabela de taxas com contextos de aplicação em permanente mudança.

No caso presente, para além de correções e/ou melhoramentos pontuais e a introdução de uma nova taxa - relativa à utilização da Capela do Cemitério de Palmela -, as alterações mais significativas visam ajustar, simplificar e adequar o RTTM às seguintes mudanças legislativas com incidência na gestão urbanística:

- alterações introduzidas ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, que veio rever procedimentos e a designação de operações urbanísticas e consequentemente o momento de cobrança dessas taxas;
- adequação à aplicação do regime excecional de regularização das instalações das associações sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/2024, de 5 de março,
- adequação à cessação da vigência do regime excecional de regularização de atividades económicas, anteriormente aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro.

As alterações propostas mantêm o respeito pelos princípios orientadores e métodos de cálculo assumidos na fundamentação económico-financeira aprovada em 2010, assim como princípios consagrados legalmente, designadamente o princípio da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, correspondendo ao custo do serviço público local conjugado com o benefício auferido pelo particular.

A presente proposta é acompanhada pelas fichas técnicas numeradas de 1 a 5 (anexo II), que a complementam e dela fazem parte integrante, elaboradas pelos serviços municipais onde consta o enquadramento e fundamentação das alterações e/ou das novas redações que se propõe introduzir no RTTM em vigor.

Neste contexto, atentos aos fundamentos expostos, e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, no preceituado nas alíneas b), c) e g) do n.º 1 do art.º 25 e alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 15.º e 20.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3º, 6º e 8º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, e do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, nas redações atualmente em vigor, e não tendo decorrido da publicitação do início do procedimento, desencadeado através do Edital nº 98/DAFRH-DAAG/2024 de 19 de julho, em cumprimento do disposto no art.º 98º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos termos da deliberação tomada em reunião de Câmara de 17 de julho de 2024, a constituição de quaisquer interessados, propõe-se:

1. A aprovação pela Câmara Municipal de Palmela do projeto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais constantes do Anexo I à presente proposta, "Projeto de Alterações ao Articulado do Regulamento e Tabela de Taxas", a submeter a consulta pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do CPA, e do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, nas redações em vigor;
2. Submeter a proposta, após consulta pública, à Assembleia Municipal de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do RJAL;

Mais se propõe que caso da consulta pública não resultem alterações ao presente projeto, se considere o mesmo aprovado pela Câmara e, assim, apto à submissão a deliberação pela Assembleia Municipal»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Cedência temporária de domínio público para eventos de Promoção de Produtos Locais

PROPOSTA N.º DDET 01_08-25

«A Câmara Municipal de Palmela considera o associativismo um parceiro insubstituível no desenvolvimento e coesão do território.

Os eventos de promoção da economia local são um exemplo de realizações do associativismo, que têm um impacto direto no desenvolvimento do território e na manutenção da génese rural do nosso concelho. Ano após ano, estas iniciativas têm-se consolidado como grandes montras para a apresentação da produção local, sobretudo do sector primário, recorrendo à utilização de espaços privados, bem como do espaço público, para onde mobilizam grande número de visitantes.

Iniciativas como a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e o Mercado Caramelo, fazem parte do calendário das festividades locais e constituem espaços de oportunidade para um convívio entre produtores e consumidores.

Para a realização destes eventos, que em muito beneficiam as populações locais, as associações recorrem à utilização de espaços privados e públicos. A utilização do espaço público tem múltiplas utilizações, entre elas a instalação de estruturas de índole comercial, as quais representam também uma fonte de receitas para as entidades organizadoras.

Neste sentido e considerando:

- a) que estas associações realizam no Concelho iniciativas de promoção dos produtos locais, que registam um impacto importante para as comunidades locais e para as atividades económicas que promovem;
- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso um meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas.

Propõe-se, em conformidade com a alínea u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere:

1. A cedência precária e gratuita de domínio municipal, identificada no final da proposta, nos prazos definidos e conforme plantas dos espaços em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerarem que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.
3. Iniciativas a apoiar nesta proposta de cedência:
 - Mostra de Vinhos em Fernando Pó – 2 a 4 de maio de 2025
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó
NIF: 501 626 999
Zona de implantação (planta n.º 1)
Rua da Sociedade
Fernando Pó
Período de cedência: 1 a 5 de maio
 - Mercado Caramelo – de 9 a 11 de maio de 2025
Confraria Gastronómica da Sopa Caramela
NIF: 510 865 151
Zona de implantação (planta n.º 2)
Jardim José Maria dos Santos, Praça da Independência, Rua da Estação Nova, Estacionamento da Praça da Independência, Av. Alexandre Herculano.
Pinhal Novo
Período de cedência: 3 a 15 de maio
 - Feira Comercial e Agrícola de Poceirão – de 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2025
Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão
NIF: 504 699 725
Zona de implantação (planta nº3)
Rua Padre Vieira
Avenida de Palmela
Rua Alexandre Herculano
Período de cedência: 29 de maio a 3 de junho»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para a realização da 35.ª edição da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão

PROPOSTA N.º DDET 02_08-25

«A Feira Comercial e Agrícola do Poceirão vai realizar a sua 35ª edição nos dias 30 e 31 de maio e 1 junho de 2025, no Parque Mário Bento e nas ruas circundantes, evento aguardado com grande expectativa todos os anos, quer pelos organizadores da feira, que manifestam sempre grande entusiasmo no trabalho que desenvolvem, grande parte como demonstração do amor pela sua terra e pelas suas gentes, quer por todos aqueles que trabalham nos dias da feira com os seus produtos e serviços, mas sem nunca esquecer os milhares de visitantes que fazem questão de continuar a marcar presença desde a realização da primeira Feira.

A Feira Comercial e Agrícola do Poceirão é um dos eventos mais marcantes do Concelho dedicado ao mundo rural e à agricultura, sempre com o foco na melhoria da Feira a cada ano que passa, e é a Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão a grande responsável por agregar os interesses e as vontades de todos aqueles que se reúnem para fazer da Feira um enorme sucesso.

A organização conta com os apoios da Câmara Municipal de Palmela e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, quer do ponto de vista financeiro, quer logístico.

Assim, face ao exposto e por forma a continuar a contribuir para a garantia da qualidade e dignificação do evento, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 5.000,00 (cinco mil euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão.

O apoio do Município para a sua realização inclui o apoio logístico nas montagens e desmontagens, eletrificação da Feira, instalação de palco com cobertura, cedência precária e gratuita de domínio público municipal e edição de materiais promocionais, com uma estimativa de custos na ordem dos 14.000,00 € (quatorze mil euros).

Código Orçamental: 08/04.07.01
Código GOP: 3.5.01.001 | 2014 A 118»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_08-25:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada, pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade;
- através da promoção do movimento associativo da área da saúde, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento,

propõe-se, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no valor de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros), para o desenvolvimento da sua atividade.

Código Orçamental: 0603/040701
Código GOP: 2.2.1.02.001 – 2015 A 67»

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º DECS_DISS 02_08-25:

«Considerando que:

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foi apresentada, pelo Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, uma candidatura a apoios municipais, visando a concretização da sua atividade, a aquisição de equipamento, bem como a realização de obras de conservação;
- através da promoção das associações de carácter social, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do seu papel preponderante na comunidade, da sua atitude participativa e responsável;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a candidatura foi analisada tecnicamente, tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento,

propõe-se, ao abrigo das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, num valor global de 2.279,60 € (dois mil, duzentos e setenta e nove euros e sessenta cêntimos), sendo:

- 1.450,00 € (mil, quatrocentos e cinquenta euros) para o desenvolvimento da sua atividade;
- 829,60 € (oitocentos e vinte e nove euros e sessenta cêntimos), para a aquisição de equipamento e obras de conservação.

Código Orçamental: 0603/040701
Código GOP: 2.3.2.01.001 – 2014 A 40

Código Orçamental: 0603/080701
Código GOP: 2.3.2.01.002 – 2015 A 18»

Sobre as propostas Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, numerada DECS_DISS 01_08-25 e Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, numerada DECS_DISS 02_08-25 intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona se, pelo facto do Monte Francisquinho ser uma obra relativamente nova, não deveria ser a autarquia a suportar o custo dessas obras. Refere que a questão não está relacionada com o valor, a não ser que no protocolo esteja bem definido que tem de ser a instituição.

O **Sr. Presidente** esclarece que a sede da Liga dos Combatentes do Pinhal Novo, no Monte Francisquinho, não foi intervencionada pelo Município e sim pela Liga e um particular, benévolo e mecenas. Informa que a autarquia cedeu o edifício, à época em ruínas, e o direito de superfície à Liga e, por isso, não integra o restante conjunto edificado e reabilitado, que alberga seis instituições, uma associação e serviços municipais.

Neste momento o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** ausenta-se da sala.

Após a apresentação e intervenções sobre as propostas, foram as mesmas submetidas a votação:

Submetida a proposta Atribuição de apoio financeiro à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a proposta Atribuição de apoio financeiro ao Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Ação Cultural

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação de Festas de São Gonçalo

PROPOSTA N.º DCDJ_DAC 01_08-25:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais, enquanto identitários da comunidade, apoiando técnica, logística e financeiramente, no reconhecimento da sua importância no panorama cultural e socioeconómico local.

A Associação de Festas de São Gonçalo irá realizar, de 29 de maio a 1 de junho, as tradicionais Festas de São Gonçalo, no Parque de Merendas de São Gonçalo em Cabanas.

Estas Festas, de cariz religioso e profano, com fortes tradições na Freguesia de Quinta do Anjo, e que constam do calendário de festividades do concelho, contam com um programa cultural assente em espetáculos de artistas locais e nacionais e a componente religiosa de homenagem ao padroeiro.

Foi apresentado, pela organização, um orçamento estimado em € 26.700,00 e solicitado apoio financeiro e logístico.

A utilização do espaço público para as atividades visa a promoção de eventos de manifesta relevância pública e a instalação de pavilhões de índole comercial, os quais representam a principal fonte de receita financeira para a entidade organizadora.

Assim, considerando a importância local da realização das Festas de São Gonçalo, em Cabanas, e de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se:

1. a atribuição, à Associação das Festas de São Gonçalo, de um apoio financeiro no valor de € 2.000,00 (dois mil euros), e logístico estimado em € 4.000,00 (quatro mil euros), como participação municipal para a realização da edição de 2025 das Festas de São Gonçalo
2. a cedência temporária, no período de 21 de maio a 3 de junho, dos espaços assinalados na planta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, constituído pelo Parque

de Merendas de São Gonçalo, espaço envolvente à Capela de São Gonçalo e espaços de estacionamento confinantes.

Código Orçamental: 07 02/04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.008»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 14 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local

PROPOSTA N.º DCDJ_DAC 02_08-25:

«A Câmara Municipal de Palmela tem, no associativismo, um parceiro privilegiado e um pilar insubstituível nos processos de construção, cooperação e de desenvolvimento dos territórios.

No Concelho de Palmela prevalece um Movimento Associativo riquíssimo e com profundas ligações às comunidades onde se insere, sendo a realização de Festas Locais um desses exemplos.

A Câmara Municipal de Palmela tem desenvolvido, ao longo dos anos, um continuado trabalho de parceria com as organizações locais na realização destes eventos comunitários, apoiando-as técnica, logística e financeiramente e reconhecendo a sua importância no panorama cultural e socioeconómico do concelho.

As Festas Populares de Pinhal Novo são um exemplo disso, e um momento importante de afirmação da identidade e cultura local da freguesia, continuando a refletir a presença do Movimento Associativo quer no apoio à sua organização, quer na construção da programação.

Considerando:

- o enorme esforço que se apresenta a todos aqueles que voluntariamente mantêm vivas as tradições dos diferentes territórios do Concelho de Palmela, e as exigências ao nível técnico e administrativo que tornam cada vez maior o desafio com que as associações se deparam na organização destes eventos;
- que para a realização destas Festas a entidade organizadora tem a necessidade de utilizar o espaço público para a promoção dos eventos culturais e desportivos, bem como a instalação de pavilhões de índole comercial e divertimentos, os quais representam a principal fonte de receita financeira para a organização da iniciativa;

propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. a atribuição de um apoio financeiro à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local destinado a apoiar a organização do evento “26.ª Edição das Festas Populares de Pinhal Novo”, 05 a 10 de junho de 2025, no valor de € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros), e logísticos e de transporte, estimado em € 10.000,00 (dez mil euros);
2. a cedência temporária de domínio público, no período de 21 de maio a 13 junho 2025, dos espaços assinalados na planta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, nomeadamente, Parque de Estacionamento da Praça da Independência, Praça da Independência, Rua da Praça da Independência, Jardim José Maria dos Santos e ruas circundantes, Logradouro da Casa Santa Rosa, Rua de Olivença, Zona envolvente Mercado Municipal e Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, Avenida Alexandre Herculano e passeio adjacente.

Código Orçamental: 07 02/04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.008»

Sobre a proposta Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local, numerada DCDJ_DAC 02_08-25 intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que a proposta número 13 menciona qual foi o orçamento apresentado pela organização para as festas, situação que considera correta, não acontecendo o mesmo relativamente às propostas números 14 e 15, o que provoca que exista uma comparação e questiona o motivo porque, na proposta número 14, que diz respeito às Festas Populares de Pinhal Novo, ter um apoio global de 65 mil euros, e, na proposta número 15, relativa à Festa das Vindimas de Palmela, existir um apoio de 114 mil euros, diferença que não conseguem entender. Sendo o apoio financeiro de 55 mil euros para as Festas de Pinhal Novo, e de 60 mil euros para as Festas das Vindimas de Palmela, não percebe a grande diferença existente em termos logísticos, nomeadamente o facto de se passar o apoio logístico de 22 mil euros, em 2024, para 45 mil euros em 2025. Menciona que não compreendem qual o orçamento que foi aprovado em ambas as festividades, ao contrário do que acontece com as Festas de São Gonçalo, pelo que gostariam de perceber a diferença de apoio, uma vez que a Festa do Pinhal Novo tem mais dias do que as de Palmela.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que ao longo dos anos a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo tem vindo a aumentar o seu orçamento pelas questões que são conhecidas. Refere que foi apresentado um orçamento global de cerca de 310 mil euros, prevendo-se que a Associação obtenha cerca de 70% das suas receitas para a concretização das festividades.

O **Sr. Presidente** acrescenta que essas receitas advêm da concessão do espaço público, publicidade, entre outras, que a algo que a Câmara Municipal está também a apoiar indiretamente.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** menciona também que o plano apresentado não se limita apenas à realização das Festas Populares de Pinhal Novo, mas a um conjunto de atividades recreativas que dinamizam durante todo o ano.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** afirma que não percebeu a explicação apresentada.

O **Sr. Presidente** esclarece que no orçamento das festas está mencionado o que pode ser financiado pelo Regulamento de Apoio ao Associativismo, pelo que, aquilo que não está a ser financiado a partir do presente apoio, será financiado através do Regulamento.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** menciona que o orçamento apresentado pela Associação das Festas de Palmela é ligeiramente superior, pois cifrou-se nos 400 mil euros.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** frisa que a diferença não se justifica.

O **Sr. Presidente** explica que a Festa das Vindimas tem menos área para rentabilizar em termos de venda de espaço para financiar as festas e um envolvimento do Município que muitas vezes não é reconhecido por todos, pois são assistências, transportes, trabalhadores do município a assegurar tarefas de ligações elétricas, situação que outras festas o fazem autonomamente, pelo que o envolvimento é maior. Lembra que se trata de um espaço mais complexo, em termos de segurança, de controlo de trânsito, fornecimento de baias, de estruturas do Município, apoios que, por vezes, nem são devidamente contabilizados, pelo que, alertados por questões de natureza legal, passaram a verter estas questões nas propostas. Refere que, por uma questão de transparência, tem de ser deliberado e que existiram instruções aos serviços para clarificarem aquilo que costuma estar internalizado no funcionamento da Câmara Municipal e o que se dá em apoios de estruturas, pois tudo isso tem um valor. Considera que, por isso, este ano o valor cresceu mais e fica mais expressivo, mas que interessa fazer jus à transparência.

Lembra que o Pinhal Novo tem outras questões de organização do espaço, que são mais fáceis de controlar e de mobilizar meios da Câmara Municipal, que são menos necessários, até pela forma dos locais onde se desenvolve a festa. Transmite que, deste modo, houve uma perspetiva de maior transparência daquilo que normalmente costuma ser mobilizado na Câmara Municipal, em termos de recursos humanos, logísticos, transportes, materiais e financeiros, de

forma a quantificar e perceber, pois trabalham para as festas e o apoio é muito mais do que a transferência financeira e o subsídio.

Termina, referindo que os serviços seguiram esta orientação para uma maior clarificação e transparência, pois estão todos envolvidos na gestão pública e na chamada contabilidade analítica.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere a dúvida está relacionada com o facto de ser o dobro do apoio e ter duplicado, em 2025, o apoio logístico em Palmela.

O **Sr. Presidente** compreende e refere que a explicação possível de efetuar é a que apresentou.

Neste momento o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** retoma os trabalhos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro e cedência temporária de domínio público à Associação de Festas de Palmela – Festa das Vindimas

PROPOSTA N.º DCDJ_DAC 03_08-25:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos locais, enquanto eventos identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da importância destes no panorama, cultural e socioeconómico local.

A Associação das Festas de Palmela irá realizar, de 4 a 9 de setembro, a 62.ª edição da Festa das Vindimas, momento alto de afirmação da identidade e cultura local de Palmela.

Para além de festejar a sua identidade, Palmela, homenageia a vitivinicultura, promovendo o território como terra mãe de vinhos, mundialmente reconhecidos e apreciados.

A sua realização tem contado, desde sempre, com a parceria da autarquia no apoio técnico, logístico e financeiro, num reconhecimento da importância deste evento no panorama cultural e socioeconómico local.

Do programa dos seis dias de festejos, destacam-se os espetáculos com artistas nacionais e locais, os concertos das filarmónicas, o espaço das adegas representativas do sector, a gastronomia, os produtos regionais, a rampa das vindimas, o tradicional cortejo dos camponeses e os emblemáticos cortejos das vindimas assim como a gala de eleição da rainha.

Para a realização destas atividades, que visam a promoção de eventos de manifesta relevância pública e a instalação de pavilhões de índole comercial que representam a principal fonte de receita financeira para a entidade organizadora, é necessário recorrer à utilização de espaço público.

Assim, e considerando a importância local da Festa das Vindimas, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se:

1. a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 60.000,00 (sessenta mil euros), à Associação das Festas de Palmela – Festas das Vindimas, bem como apoio logístico no valor estimado de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), a cedência de equipamentos culturais no valor estimado de € 9.000,00 (nove mil euros);
2. a cedência temporária, no período de 16 de agosto a 8 de setembro, dos espaços assinalados na planta em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, salvaguardando pré-existência de outras cedências, constituído por:
 - Largo Eng.º Jacinto Augusto Pereira
 - Rua e Quinta da Cerca
 - Avenida da Liberdade (entre a Rua da Quinta da Cerca e a Av. Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos)
 - Av. Dr. Juiz José Celestino Ataz Godinho de Matos
 - Avenida Rainha D.ª Leonor
 - Terrenos contíguos à Avenida Bombeiros Voluntários de Palmela
 - Rua General Amílcar Mota (entre Rua Infante D. Henrique e o Largo de S. João)
 - Rua de Olivença
 - Rua Infante D. Henrique
 - Rua Padre Manuel Caetano
 - Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (entre o Largo de São João e a Travessa Infante D. Henrique)
 - Praceta Firmino Camolas
 - Polidesportivo da Terra do Pão
 - Assim como de 31 de agosto a 15 de setembro, o Largo São João Batista.

Código Orçamental: 07 02/04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.008»

Nesta altura, o **Sr. Presidente** ausenta-se da sala e o **Sr. Vice-presidente** assegura o comando da reunião durante a sua ausência.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 16 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho

PROPOSTA N.º DCDJ_DAC 04_08-25:

«As escolas de música geridas pelas Sociedades Filarmónicas Centenárias e entidades associativas com agrupamentos musicais, prestam um serviço público essencial para promover a educação musical e a inclusão social.

Reconhecendo a importância deste trabalho, o Município de Palmela tem vindo a apoiar regulamente os agentes culturais que cumprem esta função, contribuindo para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, garantindo acesso à formação musical de qualidade aos cidadãos.

Por forma a melhorar a sua capacidade para garantir este serviço público e fazer face às despesas com o funcionamento das respetivas escolas de música, propõe-se, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor global de € 11.400,00 (onze mil e quatrocentos euros), às escolas de música das seguintes entidades:

- Associação dos Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras – € 1.800,00 (mil e oitocentos euros)
- Sociedade de Instrução Musical – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica Humanitária – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica União Agrícola – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)

Código Orçamental: 07 02/ 04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.004»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 17 – Atribuição de apoio financeiro aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela

PROPOSTA N.º DCDJ_DAC 05_08-25:

«No âmbito do Programa Municipal da Dança, tem vindo a ser privilegiado o apoio aos grupos folclóricos existentes no concelho, considerando o papel que estas associações têm nas comunidades onde se inserem e reconhecendo, de igual forma, o contributo que desempenham para a manutenção das tradições locais e do património cultural e etnográfico de Palmela.

O trabalho desenvolvido por estes agentes, que envolve um grande número de pessoas, contribui bastante para a valorização e para a dinamização da vida associativa concelhia, numa lógica de partilha, convívio e intergeracionalidade e para a divulgação do nome Palmela, através da realização e da participação em diversos encontros e festivais de folclore.

Considerando que os apoios aos ranchos folclóricos têm contemplado a diferenciação em relação aos que têm escolas de folclore, propõe-se, em conformidade com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro aos grupos folclóricos concelhios, que mantêm atividade regular, no valor global de € 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta euros), com a seguinte distribuição:

- Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó (Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó) – € 900,00 (novecentos euros);
- Casa do Povo de Pinhal Novo (Rancho Folclórico) – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Grupo Desportivo Académicos da Agualva de Cima (Rancho Folclórico) - €900,00 (novecentos euros);
- Grupo Desportivo de Rio Frio (Rancho Folclórico de Rio Frio) – € 900,00 (novecentos euros);
- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água – € 900,00 (novecentos euros);
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Rancho Folclórico de Poceirão – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Rancho Folclórico “Os Fazendeiros das Lagameças” – € 900,00 (novecentos euros);
- Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores – € 900,00 (novecentos euros);
- Rancho Folclórico da Palhota/Venda do Alcaide - € 900,00 (novecentos euros).

Código Orçamental: 07 02/04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.002»

O **Sr. Presidente** regressa à sala, retomando o seu lugar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete de Desporto e Atividades Física

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 18 – Programa de Desenvolvimento do Judo – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PROPOSTA N.º DCDJ_GDAG 01_08-25:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- o Judo Clube de Pinhal Novo apresenta uma grande dinâmica no desenvolvimento do judo, sendo um dos principais parceiros da autarquia no Programa de Desenvolvimento do Judo no Concelho, e uma das principais referências do distrito ao nível da modalidade;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de apoios no âmbito de programa municipais;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Judo Clube de Pinhal Novo, substanciado na apresentação dos seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, propõe-se que, ao abrigo do disposto das alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Judo, no qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros).

Código Orçamental: 07 05/04 07 01
Código GOP: 2.5.2.03.003 - 2014 A 101»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 19 – Programa de Desenvolvimento do Atletismo – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela a Associação Académica Pinhalnovense, o Palmelense Futebol Clube e o Quintajense Futebol Clube

PROPOSTA N.º DCDJ_GDAG 02_08-25:

«Considerando que:

- de acordo com o nº 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento social, com investimento na educação, cultura, desporto, juventude e intervenção social;
- é objetivo da intervenção municipal promover o Desporto através dos programas de desenvolvimento desportivo, com vista a fomentar a formação e desenvolvimento dos praticantes desportivos, rentabilizar a utilização de equipamentos e infraestruturas desportivas e apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento comunitário;
- a Associação Académica Pinhalnovense, o Palmelense Futebol Clube e o Quintajense Futebol Clube são signatários do Programa de Desenvolvimento do Atletismo e parceiros do município na organização de eventos desportivos, contribuindo para a formação desportiva e melhoria da condição física dos munícipes e para o desenvolvimento do desporto;
- desde o início do Programa de Desenvolvimento do Atletismo que o Município tem estimulado o desenvolvimento da atividade regular nos clubes, associações e escolas – através da criação de condições para o treino desportivo e a participação nas competições escolares, regionais e nacionais – bem como prestado colaboração a nível logístico e técnico na organização e participação competitiva nas disciplinas de corta-mato, pista, estrada e “trail”;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou em 2014 o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;
- a Associação Académica Pinhalnovense, o Palmelense Futebol Clube e o Quintajense Futebol Clube solicitaram à Câmara Municipal apoio financeiro, consubstanciado na apresentação dos Planos de Atividades e Orçamentos das respetivas Secções de Atletismo;

propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o

Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação dos contratos-programa entre o Município de Palmela e a Associação Académica Pinhalnovense, o Palmelense Futebol Clube e o Quintajense Futebol Clube, cujas minutas se anexam e fazem parte integrante da presente proposta, que definem os termos da cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Atletismo durante a época desportiva de 2024/2025, mediante os quais o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira total de € 10.000,00 (dez mil euros) destinada, designadamente, a comparticipar despesas com filiações, seguros, apoio médico, deslocações e estadas para participação em competições, enquadramento técnico, aquisição de equipamentos e materiais de apoio ao treino, pagamento de taxas de utilização de equipamentos desportivos e organização de iniciativas, distribuída do seguinte modo:

- Associação Académica Pinhalnovense: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)
- Palmelense Futebol Clube: € 3.000,00 (três mil euros)
- Quintajense Futebol Clube: € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros)

Código Orçamental: 07 05/04 07 01
Código GOP: 2.5.2.03.001»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 20 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 01_08-25:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora, e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes apresentados a patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação;

propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, e na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do RJAL, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 41/2019, de 26 de março, quando estejam em causa apoios sujeitos à celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo; e ao abrigo do disposto na alínea e), do nº2, do artigo 23º, e das alíneas o) e u), do nº 1, do artigo 33º, ambos do RJAL, para os restantes apoios, a Câmara Municipal de Palmela aprove:

1. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações culturais, no valor global de €56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta euros) e estimando-se um apoio logístico,

transportes e cedência de equipamentos municipais, no valor global de €148.000,00 (cento e quarenta e oito mil euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir	Apoio Logístico, Transportes e Cedência de Equipamentos Municipais
ATA - Ação Teatral Artimanha	a)	1.000,00 €
ATVK - Associação Teatro da Vila	a)	4.000,00 €
Associação Amigos Bairro da Confidente	c)	1.000,00 €
Associação Amigos da Festa Brava	d)	2.000,00 €
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.700,00 €	8.000,00 €
Associação Bestensemble Academia de Arte	900,00 €	1.000,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	1.500,00 €	1.000,00 €
Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas	2.700,00 €	11.000,00 €
Associação do Círio dos Olhos d' Água	600,00 €	500,00 €
Associação Cultural F.O.M.E.	600,00 €	500,00 €
Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local	2.400,00 €	6.000,00 €
Associação Internacional de Musico Terapia Vibracional e Ressonância Holística – Cosmic Gong	b)	2.000,00 €
Associação Musical e Cultural Clarinetes de Santiago - AMCS	1.500,00 €	1.000,00 €
Associação Sons Margem Sul	2.100,00 €	1.000,00 €
Associação Teatro Cais 21	a)	1.000,00 €
Associação Teatro Sem Dono	a)	2.000,00 €
Bardoadá – Grupo do Sarrafo	a)	5.000,00 €
Clube Desportivo e Recreativa Quinta do Padre Nabeto	600,00 €	1.000,00 €
Cooperativa de Produção Artística Teatro de Animação "O Bando", CRL	a)	1.000,00 €
Cooperativa CVDH - Ser Vivo	1.200,00 €	500,00 €
Confraria da Sopa Caramela	2.100,00 €	500,00 €
FIAR – Associação Cultural	a)	1.000,00 €
Grupo Carnavalesco Amigos de Baco	a)	500,00 €
Grupo Coral Ausentes do Alentejo	2.100,00 €	1.000,00 €
Grupo Coral 1º Maio - Bairro Alentejano	b)	2.500,00 €
Grupo Desportivo Académicos Agualva de Cima – Bairro Margaça	d)	500,00 €
Grupo Desportivo de Rio Frio	900,00 €	5.000,00 €
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	900,00 €	500,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	1.500,00 €	2.000,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos d' Água	750,00 €	500,00 €
Grupo Motard Montanhão	800,00 €	500,00 €
Grupo de Teatro Ensaarte	a)	2.000,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	2.100,00 €	2.000,00 €
Inspira # Atitude - Associação Cultural e Recreativa	2.100,00 €	5.000,00 €
Moto-Clube de Palmela	a)	2.000,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	2.100,00 €	1.000,00 €
Musgo Azul - Associação	1.500,00 €	2.000,00 €
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	800,00 €	5.000,00 €
Rancho Folclórico do Poceirão	1.200,00 €	5.000,00 €
Rancho Folclórico Fazendeiros das Lagameças	a)	500,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.500,00 €	4.000,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	1.800,00 €	1.500,00 €

Associação Cultural	Montante a atribuir	Apoio Logístico, Transportes e Cedência de Equipamentos Municipais
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio - Asseiceira	1.200,00 €	500,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	3.300,00 €	7.000,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	3.000,00 €	40.000,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	3.300,00 €	1.500,00 €
Sociedade Instrução Musical	3.000,00 €	1.500,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.700,00 €	1.000,00 €
Teatro dos Barris – Associação	a)	500,00 €
Virtudes Didáticas – Associação Recreativa	600,00 €	1.000,00 €
TOTAL	56.050,00 €	148.000,00 €

LEGENDA:

- a) associações com protocolos ou apoiadas por programas municipais para atividade;
- b) associações que não apresentaram candidatura aos apoios financeiros;
- c) associações que apresentaram candidaturas com falhas na instrução dos processos;
- d) associações com dívida à Câmara Municipal, os apoios logísticos estão condicionados à resolução da situação.

2. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações culturais, no valor global de €8.607,00 (oito mil seiscentos e sete euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir
ATA - Acção Teatral Artimanha	852,00 €
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	475,00 €
Associação Bestensemble Academia de Arte	800,00 €
Associação Musgo Azul	150,00 €
Associação Sons Margem Sul	525,00 €
ATVK - Associação Teatro da Vila	620,00 €
Clube Desportivo e Recreativo da Quinta do Padre Nabeto	300,00 €
Cooperativa de Produção Artística Teatro de Animação O Bando, CRL	625,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	200,00 €
Moto-Clube de Palmela	300,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	190,00 €
Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e Des. das Artes do Espetáculo	825,00 €
PIA - Projectos de Intervenção Artística	525,00 €
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	440,00 €
Rancho Folclórico do Poceirão	725,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	270,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	325,00 €
Teatro dos Barris - Associação	460,00 €
TOTAL	8.607,00 €

3. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações culturais, no valor global de €5.425,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e cinco euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	450,00 €
Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas	1.000,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água	800,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	450,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	450,00 €

Associação Cultural	Montante a atribuir
Sociedade Filarmónica União Agrícola	575,00 €
Rancho Folclórico Fazendeiros das Lagameças	1.700,00 €
TOTAL	5.425,00 €

4. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações desportivas, no valor global de €30.900,00 (trinta mil e novecentos euros, bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo) e estima-se um apoio logístico, transportes e cedência de equipamentos municipais no valor global de €92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos euros):

Associação Desportiva	Montante a atribuir	Apoio Logístico, Transportes e Cedência de Equipamentos Municipais
Associação Académica Pinhalnovenese	1.800,00 €	0,00 €
Associação Desportiva Bike&Nutrition	1.500,00 €	0,00 €
Associação Desportiva Palmelense	1.500,00 €	500,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	1.800,00 €	9.000,00 €
Associação Kenpo Costa Azul	b)	500,00 €
Associação Pista da Lagoa da Palha – MX Caramelos	b)	500,00 €
Botafogo Futebol Clube	2.100,00 €	1.500,00 €
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	900,00 €	0,00 €
Clube de Ciclismo D'Helvetia	900,00 €	0,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovenese	3.000,00 €	40.000,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	900,00 €	500,00 €
Clube de Pesca em Kayak	600,00 €	0,00 €
Clube Portais da Arrábida	b)	500,00 €
Crucial Simplicity Associação Desportiva	1.800,00 €	0,00 €
Clube Target Renegade	1.200,00 €	0,00 €
Fox Clube d'Palmela	1.800,00 €	3.000,00 €
Grupo Desportivo e Recreativo Airense	c)	500,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	1.500,00 €	0,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	2.100,00 €	4.000,00 €
Núcleo de Árbitros de Futebol de Pinhal Novo	1.200,00 €	0,00 €
Parmelense Futebol Clube	3.300,00 €	30.000,00 €
PinhalBike Team Associação Desportiva	600,00 €	0,00 €
Quintajense Futebol Clube	2.400,00 €	2.000,00 €
TOTAL	30.900,00 €	92.500,00 €

LEGENDA:

b) associações que não apresentaram candidatura aos apoios financeiros;

c) associações que apresentaram candidaturas com falhas na instrução dos processos.

5. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações desportivas, no valor global de €6.623,00 (seis mil e seiscentos e vinte e três euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Associação Académica Pinhalnovenese	872,00 €
Associação Desportiva Palmelense, Sp.	1.153,00 €
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	859,00 €
Clube de Ciclismo D'Helvetia	182,00 €

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Clube Desportivo Pinhalnovoense	2.894,00 €
PinhalBike Team	663,00 €
TOTAL	6.623,00 €

6. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações desportiva, no valor global de €8.465,00 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Botafogo Futebol Clube	1.542,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovoense	2.020,00 €
Clube Portais da Arrábida	2.666,00 €
Crucial Simplicity Associação Desportiva	537,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	1.700,00 €
TOTAL	8.465,00 €

7. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações juvenis, no valor global de €6.180,00 (seis mil cento e oitenta euros) e estima-se um apoio logístico, transportes e cedência de equipamentos municipais no valor global de € 12.000,00 (doze mil euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir	Apoio Logístico, Transportes e Cedência de Equipamentos Municipais
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	600,00 €	3.500,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	500,00 €	500,00 €
Associação de Jovens "Os Caramelos"	900,00 €	2.000,00 €
Associação Juvenil ADONIA	500,00 €	0,00 €
Associação Juvenil COI	900,00 €	2.000,00 €
Associação Juvenil ODISSEIA	b)	1.000,00 €
Associação Juvenil "Os Indiferentes"	1.050,00 €	0,00 €
Associação Juvenil Pode Ser Assim	600,00 €	0,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	1.130,00 €	3.000,00 €
TOTAL	6.180,00 €	12.000,00 €

LEGENDA:

b) associações que não apresentaram candidatura aos apoios financeiros.

8. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações juvenis, no valor global de €3.740,00 (três mil setecentos e quarenta euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	650,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	100,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	300,00 €
Associação Juvenil Adonia	340,00 €
Associação Juvenil COI	600,00 €
Associação Juvenil "Os Indiferentes"	350,00 €
Associação Juvenil Pode Ser Assim	600,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	800,00 €
TOTAL	3.740,00 €

9. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações juvenis, no valor global de € 1.740,00 (mil setecentos e quarenta euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	240,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	1.500,00 €
Total	1.740,00 €

- Código Orçamental: 07 01/04 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.001
- Código Orçamental: 07 01/08 07 01
Código GOP: 2.5.1.06.005
- Código Orçamental: 07 01/04 07 01
Código GOP: 2.5.2.04.001
- Código Orçamental: 07 01/08 07 01
Código GOP: 2.5.2.04.002
- Código Orçamental: 07 01/04 07 01
Código do Plano: 2.5.1.08.006
- Código Orçamental: 07 01/08 07 01
Código GOP: 2.5.1.08.007»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, numerada DCDJ_GA 01_08-25, intervêm:

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** acrescenta que foram recebidas 150 candidaturas de 85 associações, distribuídas por cultura, desporto e juventude. Refere que os apoios financeiros ao associativismo cultural, desportivo e juvenil, de uma forma geral, são de 93.130 € para apoio à atividade, de 18.970 € para aquisição de equipamento e 15.630 € para obras de conservação, totalizando um apoio de 127.730 €.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que o período que se segue, é destinado à intervenção do mesmo, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte horas e quinze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco